

relatório de administração 2017



Natura & Co

mensagem do Conselho de Administração

Inaugurando um novo tempo

Por Antonio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal, Pedro Luiz Barreiros Passos (copresidentes) e Roberto de Oliveira Marques (presidente-executivo)

"O que nos importa é mostrar que as empresas devem se transformar em forças para uma mudança social positiva. Para que passem de veículos criadores de riqueza privada para instrumentos voltados ao bem público!" Anita Roddick, 2000 (ativista social, fundadora da The Body Shop)

No mundo, vivemos tempos intensos. Apesar da aparente retomada da vitalidade econômica, a desigualdade permanece como uma ameaça sistêmica, que tende a se agravar com o impacto das novas tecnologias sobre o emprego, intensificando as pressões sociais. O ambiente de incertezas abre espaço para linhas de pensamento isolacionistas, como as que levaram, por exemplo, aos retrocessos em relação ao Acordo de Paris, esforço global de combate às mudanças climáticas. Em contrapartida, países outrora criticados por sua produção desmedida e descuidada despontam hoje como protagonistas nos debates para a reconciliação da atividade econômica com a conservação ambiental, apesar de ainda terem muito a trilhar.

Em meio a esses impasses civilizatórios que ameaçam o futuro humano, vivemos em 2017 um processo transformador de nossa história empresarial: criamos um grupo de empresas que fazem negócios há décadas de um jeito novo. Natura, Aēsop e The Body Shop somam forças em Natura & Co, um grupo global de cosmética único por sua capacidade de reunir negócios que compartilham de visão comum e de forte senso de propósito. Acreditamos na transformação da economia

global e na força do compartilhamento, em suas muitas faces. Na soma dos esforços, na força das diferenças. Na conexão, na compreensão, na coexistência, na colaboração para a cocriação de soluções capazes de impulsionar a transformação positiva no mundo.

Vivemos também tempos intensos em nossas empresas, ainda que mais previsíveis do que aqueles que o mundo vem vivendo. Acreditamos, no entanto, que, no Brasil e no mundo, novas forças nos levarão a superar as separações, as indiferenças e as alienações, na busca do bem comum, de uma sociedade mais justa e consciente de nosso compromisso com as gerações futuras. Repetindo a frase muito inspiradora do professor Joe Santos, do Insead, "a globalização nos permite usar o mundo todo para o propósito de criar algo novo".

Com Natura & Co, buscamos esse algo novo e expressamos nossa profunda confiança no potencial transformador de uma nova forma, mais humana e sistêmica, de globalização, de criação de valor para nossas empresas, para a sociedade humana e para o planeta.

Neste momento histórico de tantos riscos, entendemos

que as empresas têm a oportunidade e o dever de atender ao chamado da sociedade para atuar em favor das grandes transformações. Esse sempre foi um dos ideais que compartilhamos com Anita Roddick, fundadora da The Body Shop, uma das vozes pioneiras a cobrar a responsabilidade dos negócios como uma força para o bem.

Da mesma maneira que prestamos reverência ao legado de quem construiu as empresas que se unem em Natura & Co, celebramos o futuro que começamos a construir. Em 2017, ainda em fase inicial de integração, nossos negócios já somaram excelentes resultados. Natura revitalizou sua presença no mercado brasileiro e prosseguiu com o crescimento das operações na América Latina. Aēsop, por sua vez, deu continuidade à expansão acelerada no varejo em grandes centros urbanos de todos os continentes, ultrapassando a marca das 200 lojas próprias. A The Body Shop contribuiu com seu melhor desempenho de Natal dos últimos anos.

Este é apenas o início de uma longa caminhada. Em 2018, vamos consolidar as bases de nosso grupo e, assim, construir o ambiente para que os negócios ganhem impulso. Próximos de completar 50 anos de trajetória empresarial, nós nos sentimos como se estivéssemos apenas começando. Natura & Co coloca nosso sonho de internacionalização em outro patamar. Agora, poderemos impactar positivamente 72 países, distribuídos em todos os continentes, acelerando a troca de conhecimentos e levando nossas marcas para novos consumidores.

Da mesma forma em que acreditamos na força dos valores compartilhados, como a paixão pela cosmética e a paixão pelas relações, consubstanciados em nossa Razão de Ser, o BemEstarBem, reconhecemos o poder criativo e a sabedoria contida nas diferenças. Com essa energia renovada, diversa e multicultural, intensificada pela colaboração entre três negócios, seremos capazes de gerar ainda mais e melhores resultados econômicos, sociais e ambientais. ■

mensagem dos CEOs

Co-construindo o futuro

David Boynton (The Body Shop), João Paulo Ferreira (Natura) e Michael O'Keeffe (Aēsop)

Natura & Co nasceu como uma linda promessa para os negócios e para o mundo. Fruto da combinação de três empresas pioneiras, comprometidas em gerar impacto econômico, social e ambiental positivos, unindo múltiplas marcas, canais e geografias, temos negócios em estágios diferentes e, mais importante, com *expertises* diversas e complementares. Isso nos abre a oportunidade de tirar o maior proveito das fortalezas de cada parte, ampliando o valor do todo. Há um poder maior no &, em atuarmos juntos nos negócios e nos propósitos, do que alcançaríamos separadamente.

Nesse aspecto, o grande aporte da Natura para o grupo é a capacidade de mobilização de sua rede de 1,7 milhão de consultoras. Revitalizado em 2017, o

modelo de Venda por Relações contribuiu decisivamente para os excelentes resultados do ano. Alcançamos o maior índice de lealdade das consultoras no Brasil e, com isso, ganhamos participação de mercado e liderança nas categorias de perfumaria, corpo e presentes. Além do Brasil, somos líderes na venda direta na Argentina e no Chile, e estamos em acelerado crescimento no México. O desafio é aprofundar a implantação da bem-sucedida estratégia, integrando ainda mais as operações da América Latina e ampliando a entusiasmante transformação digital dos negócios.

Aēsop festejou 30 anos em 2017. Nesta trajetória, desenvolvemos uma experiência de compra que cuida com esmero de cada ponto de

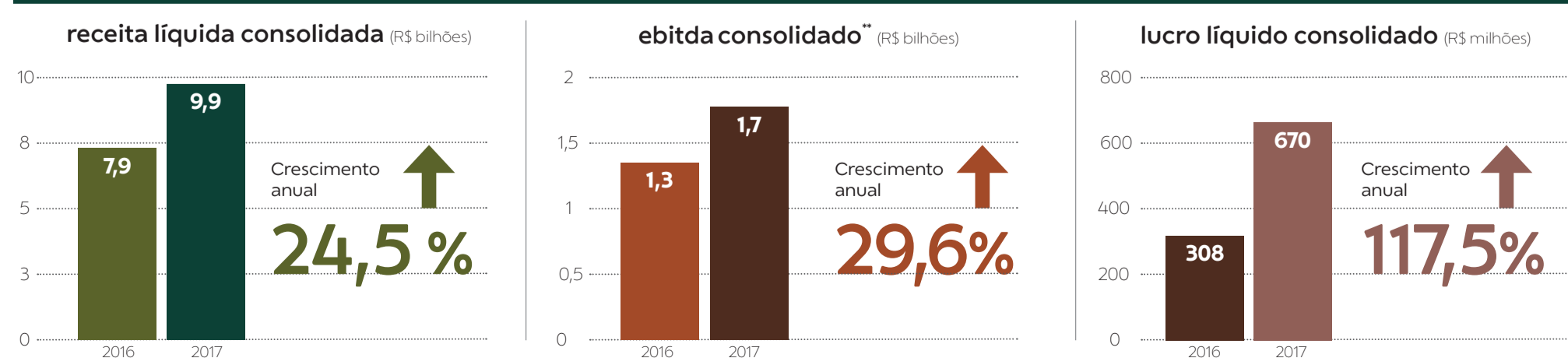
relacionamento com o consumidor, seja por meio de produtos, lojas ou pessoas. Desde que nos unimos à Natura, há cinco anos, quadruplicamos nossa receita e o número de lojas e ampliamos nossa presença direta de oito para 23 países. Em 2017, foram 38 lojas próprias inauguradas e novas operações na Áustria e nos Emirados Árabes Unidos. Conscientes de que a excelência no varejo é nosso grande diferencial, estamos focados em manter os padrões de qualidade diante da intensa abertura de atividades em diferentes cidades e países. Da mesma forma, buscamos seguir evoluindo na integração entre *offline* e *online* e na capacidade de geração de caixa para seguir financiando nosso grande potencial de expansão.

A mais internacional de nossas marcas, The Body Shop, está presente em 68 países, de todos os continentes, e, mais do que isso, nos traz o notável espírito ativista que, há 40 anos, mobiliza *stakeholders* em defesa de temas sociais e ambientais. Com uma experiência multicanal em evolução, nosso comércio eletrônico cresceu 9% e expandimos nossa venda direta em 6,6%. A base de consumidoras

no programa de lealdade Love Your Body Club avançou 23% e somamos 3.049 lojas próprias e franqueadas em 2017. Essa união em Natura & Co nos permite um novo impulso. Estamos rejuvenescendo a nossa marca, otimizando a operação de varejo, elevando a experiência multicanal, aprimorando a eficiência operacional e evoluindo nossa forma de agir e tomar decisões.

A poderosa combinação de nossas companhias cria um grupo de cosmética multicanal, multimarca, orientado por propósito, com conhecimentos e fortalezas complementares e presença global. Abrem-se, assim, incríveis avenidas de oportunidades, muito além das perspectivas de expansão geográfica e ganhos de eficiência, que vamos começar a capturar já em 2018. Estamos construindo uma cultura de grupo, baseada na autonomia e na interdependência. Temos a convicção de que Natura & Co nos permitirá impulsionar significativamente nossos negócios e, dessa maneira, seguir ampliando o impacto de nossa ação empresarial como uma força positiva para a evolução das sociedades. ■

Destaques do desempenho*



*Incluem quatro meses de resultados da The Body Shop, a partir de setembro de 2017. **Ebitda = Lucro Líquido - Receitas Financeiras + Despesas Financeiras + Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciações/Amortizações; Ebitda 2016 = 308,2 - 1.073,3 + 1.729,3 + 118,6 + 260,8 = 1.343,6 milhões de reais; Ebitda 2017 = 670,2 - 604,4 + 991,8 + 300,9 + 383,4 = 1.741,9 milhões de reais.

Apresentação

É com grande satisfação que divulgamos o primeiro Relatório de Administração da Natura Cosméticos S.A. após a união, em setembro de 2017, das empresas Natura, Aesop e The Body Shop, que hoje se identificam

sob a marca corporativa Natura &Co. Esta publicação apresenta os dados consolidados da corporação, agregando o desempenho anual de Natura e Aesop ao resultado de The Body Shop no período em que passou a fazer parte do grupo – os últimos quatro meses de 2017.

Estamos gradativamente alinhando nossas práticas, de forma coerente com nossa trajetória de transparência. Assim, a comunicação de informações financeiras e não financeiras dos três negócios também caminhará para se tornar cada vez mais integrada.

QUEM SOMOS

Natura &Co é um grupo global de cosmética que trabalha na busca de propósitos que vão além da fabricação e comercialização de seus produtos. Estamos presentes em 72 países, em todos os continentes, por meio de venda direta, lojas próprias, franquias, lojas de departamentos, distribuidores de atacado e comércio eletrônico. Contamos com mais de 18 mil colaboradores diretos engajados no desenvolvimento de três marcas icônicas do mundo da beleza: Natura, Aesop e The Body Shop. São companhias pioneiras, comprometidas com a geração de impacto positivo econômico, social e ambiental, movidas por valores similares desde a origem. Ao mesmo tempo em que somos complementares em nossas fortalezas de mercado, canais e categorias de produtos, compartilhamos dos mesmos fundamentos em nosso comportamento empresarial. Nossos portfólios têm produtos de origem natural, valorizamos a rastreabilidade e a sustentabilidade na obtenção de ingredientes e, com isso, a preservação da biodiversidade, o comércio justo com fornecedores, a eliminação dos testes em animais, a mensuração dos impactos da produção (o que inclui a neutralização e a busca da redução das emissões de carbono) e o apoio à educação.

CONHEÇA MAIS SOBRE CADA COMPANHIA

NATURA foi fundada em São Paulo em 1969 e está presente em nove países – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Estados Unidos, França, México e Peru. Tem 1,7 milhão de consultoras na América Latina, 6,4 mil colaboradores, 25 lojas próprias e uma crescente operação de comércio digital, o Rede Natura. Mais de 80% de suas fórmulas são vegetais e seu relacionamento com cerca de 5,3 mil famílias para obtenção de ativos da biodiversidade incentiva técnicas produtivas que contribuem para a conservação de 256 mil hectares de floresta em pé. Em 2014, nós nos tornamos a primeira companhia de capital aberto certificada como Empresa B, por possuir um modelo de negócios capaz de gerar impacto positivo na sociedade.

AESOP foi fundada em 1987 por Dennis Paphitis, em Melbourne, na Austrália, disposto a desenvolver produtos de alta qualidade a partir de ingredientes naturais. Tem presença direta em 23 países por meio de 209 *signature stores* (lojas com projeto assinado por renomados arquitetos), lojas de departamentos, distribuidores locais e uma plataforma digital que atende 14 países. Tem quase 2 mil colaboradores, focados no desenvolvimento de um varejo de qualidade, com atenção a cada detalhe – da formulação dos produtos à experiência nas lojas. Em 2017, foi criada a Aesop Foundation, para direcionar nossos esforços de filantropia, ao mesmo tempo em que seguimos aprofundando nossas práticas de redução do impacto ambiental.

THE BODY SHOP foi criada em 1976 por Anita Roddick, em Brighton, Inglaterra. Com a visão de que os negócios podem ser uma força para o bem, a marca alcança 68 países, com 3.049 lojas (sendo cerca de mil próprias e 2 mil franqueadas), 28 *sítes* de comércio eletrônico, 7 mil consultoras na venda direta e 10 mil colaboradores diretos, além de 12 mil indiretos. O compromisso *Enrich Not Exploit*™ – “Valorizar sem explorar” – orienta suas atitudes com relação a produtos, a pessoas e ao planeta, incluindo a luta por banir para sempre os testes em animais da indústria cosmética, entre tantas outras frentes de atuação que buscam a transformação do mundo em que vivemos. Em 2017, por exemplo, houve a formação de quatro novas cadeias de comunidades fornecedoras, conectando milhares de pessoas economicamente vulneráveis ao comércio internacional pela primeira vez.

Desempenho 2017

O ano da união entre Natura, Aesop e The Body Shop foi marcado pelo forte crescimento de vendas e lucro. A receita líquida consolidada da Natura foi de R\$ 9,853 bilhões em 2017, com crescimento de 24,5% sobre o ano anterior, incluindo os quatro meses de contribuição dos resultados de The Body Shop (TBS). No quarto trimestre de 2017, a receita líquida consolidada avançou 62,7%, considerando a contribuição de TBS. Cada uma das três empresas alcançou sólidos resultados no ano. Natura obteve o segundo trimestre consecutivo de crescimento no Brasil, recuperando liderança em categorias-chave, e manteve o acelerado ritmo de expansão nos outros países da América Latina. Isso resultou em um crescimento de 8,1%, em comparação ao último trimestre de 2016. Aesop registrou, em moeda constante, a expansão de 27,2% da receita líquida no quarto trimestre, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Por sua vez, The Body Shop apresentou um crescimento de 2,1% em moeda constante na receita do quarto trimestre do ano, em relação ao mesmo período de 2016. O Ebitda consolidado em 2017 foi de R\$ 1,742 bilhão, 29,6% maior que o do ano anterior, enquanto o lucro líquido chegou a R\$ 670,3 milhões. Números que reafirmam o grande potencial de geração de resultados de Natura &Co.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 16 de fevereiro de 2018, a Sociedade pagou juros sobre o capital próprio, referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2017, no valor total de R\$ 78,3 milhões, correspondendo a R\$ 0,181896700 por ação. Esse montante representa R\$ 67,1 milhões em juros sobre o capital próprio líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), o que corresponde a R\$ 0,155951179 por ação. O Conselho de Administração aprovou, no dia 14 de março de 2018, a proposta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada em 20 de abril de 2018, para o pagamento, em 11 de maio de 2018, de R\$ 128,7 milhões referentes aos dividendos dos resultados do exercício de 2017 e R\$ 5,8 milhões líquidos de IRRF relativos aos juros sobre capital próprio do mês de dezembro de 2017. Esses dividendos e juros sobre capital próprio, somados, representarão uma remuneração líquida de R\$ 0,312560515 por ação. Os dividendos e juros sobre capital próprio líquidos de IRRF, apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 201,6 milhões, o que corresponde a uma remuneração líquida de R\$ 0,468511694 por ação e distribuição de 30% do lucro líquido de 2017.

Estratégia

Temos a oportunidade de consolidar um grupo global de cosmética, com negócios que têm por vocação elaborar produtos de qualidade a partir de ingredientes naturais, compreendendo a interdependência das finanças, das pessoas e do meio ambiente. Suas trajetórias robustas, que partem de diferentes geografias do planeta, se complementam em suas diversificadas fortalezas. Cria-se, assim, o ambiente para impulsionar o crescimento de um grupo de beleza e cuidados pessoais que atua em todos os mercados-chave e categorias de produtos.

O ano de 2018 será dedicado a implementar a governança e a estrutura de gestão de Natura &Co. Pretendemos fomentar o espírito autônomo, empreendedor e próprio de cada operação e, ao mesmo tempo, promover a interdependência, voltada a capturar sinergias, melhores práticas e ganhos na alocação de recursos, que acabarão por beneficiar todos os negócios.

NATURA

Aprofundaremos a implantação das diretrizes estratégicas que resultaram nos bons resultados de 2017:

- Revitalização da venda direta
- Reposicionamento da marca Natura
- Revisão estratégica da arquitetura das marcas
- Experiência de compra multicanal
- Fortalecer nossa posição na América Latina
- Expansão para mercados desenvolvidos e em desenvolvimento
- Digitalização

AESOP

Continuaremos a crescer e a desenvolver negócios em novos países e nos quais já atuamos, mantendo a trajetória bem-sucedida dos últimos cinco anos:

- Criar forte presença multicanal, que entregue altos níveis de serviço ao consumidor
- Continuar a construir e reforçar a cultura e desenvolver forte aprendizagem organizacional
- Geração de caixa para financiar a expansão dos negócios e o desenvolvimento de estruturas para apoiá-los
- Reforçar as ações sociais e ambientais

THE BODY SHOP

O ano de 2018 marcará o início de um novo capítulo na trajetória de The Body Shop. Entendemos que há um grande potencial de crescimento dos negócios a partir de suas fortalezas:

- Rejuvenescimento da marca
- Otimização das operações de varejo – aprimorando a relação com franqueados
- Evolução da eficiência operacional
- Aprimoramento da experiência multicanal
- Redesenho da estrutura organizacional

Governança

A estrutura de governança corporativa tem sido adaptada para apoiar a integração de Natura &Co. O Conselho de Administração da Natura foi ampliado para dez integrantes e reforçou seu caráter internacional com a chegada do canadense Peter Saunders, ex-presidente da The Body Shop, que agrega seu amplo conhecimento sobre a empresa recém-incorporada ao grupo e sua grande experiência em varejo e mercados internacionais.

Outra importante evolução foi a criação da função de presidente-executivo do Conselho, assumida por Roberto Marques, conselheiro desde abril de 2016,

com ampla experiência internacional (incluindo passagens por empresas como a Johnson & Johnson e a Mondelez Internacional). Os três fundadores da Natura, Luiz Seabra, Guilherme Leal e Pedro Passos, permanecem como copresidentes do Conselho, assegurando, assim, o adequado equilíbrio entre a expansão dos negócios e o alinhamento aos propósitos e à Essência da companhia.

Cada uma das três companhias tem seu próprio diretor-presidente e Comitê Executivo, garantindo a autonomia das empresas.

COMITÊ DE OPERAÇÕES DO GRUPO

Com o objetivo de dar agilidade ao desenvolvimento de Natura &Co, foi criado o Comitê de Operações do

Grupo (GOC, na sigla em inglês), que reúne os CEOs das três companhias, representantes de áreas-chave (Finanças, Recursos Humanos, Estratégia e Desenvolvimento de Negócios, Jurídico, Inovação e Sustentabilidade, Operações e Governança Corporativa) e o vice-presidente de Transformação, Robert Chatwin, responsável por dar andamento a todos os temas que dizem respeito a Natura &Co ou a mais de uma das marcas.

O GOC é liderado pelo presidente-executivo do Conselho, Roberto Marques, e busca dinamizar soluções para Natura &Co. Por isso, optou-se por uma estrutura na qual alguns integrantes possuem dupla função executiva, mantendo suas atribuições nos negócios.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, seus administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial,

decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei 6.404/76, no estatuto social da companhia e nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e

do Contrato de Participação no Novo Mercado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que as demonstrações contábeis da Sociedade e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar

a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram contratados os seguintes serviços: (i) serviços de conformidade tributária e (ii) comparação de práticas contábeis entre a controladora

e sua controlada. Tais serviços totalizaram R\$ 0,8 milhão, que representaram 32% dos serviços de auditoria externa contratados para o referido exercício. Em relação a esses serviços, a KPMG declarou à Sociedade que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Sociedade de forma independente.

demonstrações contábeis



natura & co

Natura Cosméticos S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.704	61.431	1.693.131	1.091.470
Títulos e valores mobiliários	7	1.948.078	1.169.909	1.977.305	1.207.459
Contas a receber de clientes	8	994.967	828.221	1.507.921	1.051.901
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	29.1.	10.171	7.972	-	-
Estoques	9	192.388	203.358	1.243.925	835.922
Impostos a recuperar	10	67.239	28.054	210.563	274.093
Imposto de renda e contribuição social		163.021	43.791	197.478	55.316
Instrumentos financeiros derivativos	5.2.	6.560	-	14.778	-
Outros ativos circulantes	13	86.299	228.629	211.208	286.739
Total dos ativos circulantes		3.544.427	2.571.365	7.056.309	4.802.900
NÃO CIRCULANTES					
Impostos a recuperar	10	35.866	32.252	439.139	280.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a)	174.130	278.300	344.153	492.996
Depósitos judiciais	12	262.214	249.889	319.433	303.074
Outros ativos não circulantes	13	160	15.760	46.145	23.033
Total dos ativos realizável a longo prazo		472.370	576.201	1.148.870	1.099.737
Investimentos	14	6.602.469	2.104.217	-	-
Imobilizado	15	706.296	576.494	2.276.674	1.734.688
Intangível	15	474.342	508.549	4.475.609	784.254
Total dos ativos não circulantes		8.255.477	3.765.461	7.901.153	3.618.679

TOTAL DOS ATIVOS **11.799.904** **6.336.826** **14.957.462** **8.421.579**

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA					
Custo dos produtos vendidos	24	2.329.717	(2.188.578)	(2.911.077)	(2.446.959)
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		3.537.658	3.428.407	6.941.631	5.465.705
Despesas com Vendas, Marketing e Logística	24	(2.170.859)	(2.143.235)	(4.198.733)	(3.336.634)
Despesas Administrativas, P&D, TI e Projetos	24	(859.333)	(673.343)	(1.535.945)	(1.100.628)
Resultado de equivalência patrimonial	14	592.935	216.182	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(12.952)	(9.285)	151.688	54.425
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.113.353	818.726	1.358.641	1.082.868
Receitas financeiras	26	382.776	952.447	604.392	1.073.288
Despesas financeiras	26	(848.661)	(1.458.877)	(991.841)	(1.729.297)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		647.468	312.296	971.192	426.859
Imposto de renda e contribuição social	11.b)	22.783	(15.597)	(300.941)	(118.621)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		670.251	296.699	670.251	308.238
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores da Sociedade		670.251	296.699	670.251	296.699
Não controladores		-	-	-	11.539
		670.251	296.699	670.251	308.238
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$					
Básico	28.1.	1.5574	0.6895	1.5574	0.6895
Diluído	28.2.	1.5551	0.6875	1.5551	0.6875

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Ganho (perda) na conversão das informações contábeis de controladas no exterior	14	221.287	(160.720)	221.287	(146.342)
Ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa	5.2	11.316	(2.123)	13.450	(2.346)
Efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa	11	(3.848)	722	(4.278)	798
Equivalência sobre ganho em operação de hedge de fluxo de caixa		2.134	(223)	-	-
Equivalência sobre os efeitos tributários de ganho (perda) em operação de hedge de fluxo de caixa			(430)	76	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Perda atuarial	20	(24.002)	(23.863)	(36.379)	(15.288)
Equivalência sobre ganho (perda) atuarial	20	(12.377)	8.575	-	-
Resultado abrangente para o período, líquido dos efeitos tributários		864.331	119.143	864.331	145.060
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores da Sociedade		864.331	119.143	864.331	119.143
Não controladores		-	-	-	25.917
		864.331	119.143	864.331	145.060

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado					
		2017	2016	2017	2016				
RECEITAS									
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		7.988.940	7.821.737	13.371.204	11.119.433				
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das reversões	8	(41.467)	(18.972)	(25.392)	(19.272)				
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	12.952	(9.285)	151.688	54.425				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(5.100.309)	(4.860.548)	(8.046.001)	(6.512.297)				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(2.787.875)	(2.644.610)	(4.634.560)	(3.739.751)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.312.434)	(2.215.938)	(3.411.441)	(2.772.546)				
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.888.631	2.961.189	5.325.203	4.607.136				
RETENÇÕES		(148.741)	(100.897)	(383.352)	(260.771)				
Depreciações e amortizações	15	(148.741)	(100.897)	(383.352)	(260.771)				
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE		2.739.890	2.860.292	4.941.851	4.346.365				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		975.711	1.168.629	604.392	1.073.288				
Resultado de equivalência patrimonial	14	592.935	216.182	-	-				
Receitas financeiras - incluem variações monetárias e cambiais	26	382.776	952.447	604.392	1.073.288				
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		3.715.601	4.028.921	5.546.243	5.419.653				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		3.715.601	4.028.921	5.546.243	5.419.653				
Pessoal e encargos sociais	25	561.191	15%	498.798	12%	1.835.645	33%	1.327.437	24%
Impostos, taxas e contribuições		1.605.221	43%	1.744.048	43%	1.999.884	36%	2.009.371	37%
Despesas financeiras e alugueis		878.938	24%	1.489.376	37%	1.040.463	19%	1.774.607	33%
Dividendos		128.741	4%	27.206	1%	128.741	2%	27.206	1%
Juros sobre o capital próprio		85.099	2%	61.804	2%	85.099	2%	61.804	1%
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e ainda não distribuídos		-	0%	29.670	1%	-	0%	29.670	1%
Participação de acionistas não controladores		-	0%	-	0%	-	0%	11.539	0%
Lucros retidos		456.411	12%	178.019	4%	456.411	8%	178.019	3%

Alguns montantes comparativos foram reclassificados para melhor apresentação

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	3.523.061	1.437.203	4.076.669	1.764.488
Fornecedores e outras contas a pagar	17	408.849	268.080	1.553.763	814.939
Fornecedores - partes relacionadas	29.1.	221.702	242.083	-	-
Salários, participações nos resultados e encargos sociais		130.920	103.250	366.028	208.114
Obrigações tributárias	18	147.347	636.225	269.850	977.115
Imposto de renda e contribuição social		55.114	50.998	147.942	98.316
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21.b)	201.652	79.739	201.652	79.739
Instrumentos financeiros derivativos	5.2.	-	69.864	-	73.502
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	-	-	17.357	-
Outros passivos circulantes	20	114.662	94.298	278.744	161.686
Total dos passivos circulantes		4.803.307	2.981.740	6.912.005	4.177.899
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	4.932.662	2.025.484	5.255.231	2.625.683
Obrigações tributárias	18	173.431	180.490	195.127	237.513
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a)	-	-	422.369	23.775
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	147.692	64.561	264.689	93.624
Outros passivos não circulantes	20	108.066	88.166	273.295	266.700
Total dos passivos não circulantes		5.361.851	2.358.701	6.410.711	3.247.295
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.a)	427.073	427.073	427.073	427.073
Ações em tesouraria	21.c)	(32.544)	(37.149)	(32.544)	(37.149)
Reservas de capital		155.721	142.786	155.721	142.786
Reservas de lucros		1.123.226	666.815	1.123.226	666.815
Dividendo adicional proposto	21.b)	-	29.670	-	29.670
Deságio em transações de capital	21.g)	(92.066)	(92.066)	(92.066)	(92.066)
Ajustes de avaliação patrimonial		53.336	(140.744)	53.336	(140.744)
Total do patrimônio líquido		1.634.746	996.385	1.634.746	996.385
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.799.904	6.336.826	14.957.462	8.421.579

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		670.251	296.699	670.251	308.238
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	15	148.741	100.896	383.352	260.771
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"		160.079	753.190	156.130	794.708
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	44.836	15.687	124.790	16.964
Atualização monetária de depósitos judiciais e contingências		(8.581)	(14.344)	(6.652)	(16.799)
Imposto de renda e contribuição social	11.b)	(22.783)	15.597	300.941	118.621
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível		21.642	851	32.386	(3.418)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(592.935)	(216.182)	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		276.095	(170.831)	380.138	(172.312)
Variação cambial sobre outros ativos e passivos		17.128	661	20.881	(59.892)
Provisão para perdas com imobilizado e intangível		-	316	7.712	316
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações		25.068	8.203	12.935	8.782
Provisão (reversão) para perdas com clientes, líquida de reversões	8	(41.469)	18.972	(25.392)	19.259
Provisão (reversão) para perdas nos estoques líquidas	9	8.700	(4.925)	28.396	31.378
Provisão com plano de assistência médica e crédito de carbono	20.b)	14.765	4.558	16.606	4.558
Resultado líquido do período atribuível a não controladores		-	-	-	(11.539)
Provisão para aquisição de participação de não controladores	20.a)	-	58.071	-	58.071
		721.537	867.419	2.102.474	1.357.706

(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS

Contas a receber de clientes	(127.476)	(170.076)
------------------------------	-----------	-----------

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital											Deságio em transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido total		
	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio na emissão/ venda de ações	Subvenção para investimentos	Capital adicional integralizado	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Reserva para aquisição de participação de não controladores						
							Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros							Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		427.073	(37.851)	78.231	17.378	39.097	18.650	20.957	449.189	-	123.133	(79.324)	(65.159)	36.812	1.028.186	49.581	1.077.767
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	296.699	-	-	-	-	-	11.539	308.238
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(177.556)	(177.556)	14.378	(163.178)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	296.699	-	-	-	(177.556)	119.143	25.917	145.060
Movimentação dos planos de opção de compra de ações e ações restritas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações e ações restritas	25.1.	-	-	-	-	8.782	-	-	-	-	-	-	-	-	8.782	-	8.782
Exercício de ações restritas		-	702	(308)	-	(394)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito da alteração de participação da Sociedade no valor justo dos ativos líquidos adquiridos da Emeis Holding Pty Ltd.	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.672	-	11.672	(11.672)	-
Efeito de alterações de participação em controladas no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(207.983)	-	(207.983)	-	(207.983)
Realização da reserva para aquisição de não controladores pela compra de ações de controlada no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.324	169.404	-	248.728	-	248.728
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.826)	(63.826)
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2015 aprovados na AGO de 15 de abril de 2016	21.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(123.133)	-	-	-	(123.133)	-	(123.133)
Dividendos declarados e ainda não distribuídos (excedente ao mínimo obrigatório)	21.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.070)	24.070	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio declarados e ainda não distribuídos (excedente ao mínimo obrigatório)	21.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.600)	5.600	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e ainda não distribuídos (mínimo obrigatório)	21.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.206)	-	-	-	-	(27.206)	-	(27.206)
Juros sobre o capital próprio declarados e ainda não distribuídos (mínimo obrigatório)	21.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.804)	-	-	-	-	(61.804)	-	(61.804)
Reserva de retenção de lucros	21.b)	-	-	-	-	-	-	178.019	(178.019)	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		427.073	(37.149)	77.923	17.378	47.485	18.650	20.957	627.208	-	29.670	-	(92.066)	(140.744)	996.385	-	996.385
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	670.251	-	-	-	-	670.251	-	670.251
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194.080	194.080	-	194.080
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	670.251	-	-	-	194.080	864.331	-	864.331
Movimentação dos planos de opção de compra de ações e ações restritas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações e ações restritas	25	-	-	-	-	19.136	-	-	-	-	-	-	-	-	19.136	-	19.136
Exercício de planos de outorga de opções de compra de ações e ações restritas		-	4.605	(2.335)	-	(3.866)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.596)	-	(1.596)
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao período de 2016 aprovados na AGO de 11 de abril de 2017	21.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.670)	-	-	-	(29.670)	-	(29.670)
Dividendos declarados e ainda não distribuídos (mínimo obrigatório)	21.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(128.741)	-	-	-	-	(128.741)	-	(128.741)
Juros sobre o capital próprio declarados e ainda não distribuídos (mínimo obrigatório)	21.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.099)	-	-	-	-	(85.099)	-	(85.099)
Reserva de retenção de lucros	21.b)	-	-	-	-	-	-	456.411	(456.411)	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		427.073	(32.544)	75.588	17.378	62.755	18.650	20.957	1.083.619	-	-	-	(92.066)	53.336	1.634.746	-	1.634.746

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Natura_Cosméticos_S.A

A Natura Cosméticos S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento específico denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "NATU3", com sede no Brasil, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Colares nº 1188, Vila Jaguara, CEP 05106-000.

Suas atividades e as de suas controladas (doravante denominadas "Sociedades") compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização e a exploração de modelos de comércio de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal substancialmente por meio de canais diretos, realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, vendas realizadas no mercado de varejo e e-Commerce, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Contrato de compra e venda de ações da "The Body Shop"

Em 9 de junho de 2017, a Sociedade comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, na referida data, um contrato de exclusividade com a L'Oréal S.A. ("Vendedora") para a aquisição de 100% das ações de emissão da The Body Shop International Limited ("The Body Shop") e seu grupo de subsidiárias, de propriedade da Vendedora, considerando um *enterprise value* da The Body Shop de EUR 1,0 bilhão. A Sociedade comunicou também naquela data que, após necessária consulta ao conselho de empregados da Vendedora (comitê de empresa de L'Oréal S.A.) em cumprimento da lei francesa, as partes poderiam firmar um contrato de compra e venda de ações tendo por objeto a aquisição, pela Sociedade ou por qualquer de suas subsidiárias com operações no exterior, de 100% das ações de emissão da The Body Shop. Em 20 de junho de 2017, a Sociedade comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que a Vendedora havia informado à Sociedade em 19 de junho de 2017 ter concluído de maneira favorável o processo de consulta ao seu conselho de empregados (comitê central d'entreprise de L'Oréal S.A.) com relação à aquisição, pela Sociedade, ou por uma de suas subsidiárias, de 100% das ações de emissão da The Body Shop e seu grupo de subsidiárias, de titularidade da Vendedora.

Em 26 de junho de 2017, a Sociedade comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que a Sociedade (na qualidade de garantidora), Natura (Brasil) Internacional B.V., subsidiária da Sociedade (na qualidade de compradora) e a Vendedora firmaram, na mesma data, um contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da The Body Shop e seu grupo de subsidiárias, de titularidade da Vendedora.

Conforme fato relevante divulgado em 10 de agosto de 2017, todas as autorizações regulatórias necessárias à aprovação da operação foram devidamente obtidas, inclusive as aprovações pelas autoridades de defesa da concorrência no Brasil e nos Estados Unidos da América.

Em 09 de agosto de 2017, a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos denominados Contrato a Termo ou Non-Deliverables Forwards ("NDF") (Notional EUR 1,0 bilhão Euro). Essas operações foram contratadas com o objetivo de proteger o caixa da Sociedade em relação ao compromisso firme de aquisição da "The Body Shop", conforme divulgado na nota explicativa 5.2 (i), até a data de fechamento da transação de aquisição.

Em 7 de agosto de 2017, a Sociedade aprovou a captação de recursos mediante a realização da 3ª emissão de Notas Promissórias pela Sociedade, realizada em 23 de agosto de 2017, para distribuição pública com esforços restritos, no valor de R\$3,7 bilhões. Em 7 de setembro de 2017, a Sociedade captou o total de R\$0,3 bilhão através de sua subsidiária Natura (Brasil) International B.V. Ambas captações de recursos no total de R\$4,0 bilhões foram destinadas ao pagamento do preço pela aquisição da The Body Shop, finalizada em 7 de setembro de 2017, após cumprimento de todas as condições precedentes para o fechamento da operação (vide nota explicativa nº 4). Em 19 de fevereiro de 2018, as Notas Promissórias foram liquidadas, a partir de recursos obtidos com a captação de US\$750.000, realizada em 01 de fevereiro de 2018, através da emissão de títulos representativos de dívida ("Notes") no mercado internacional, com vencimento em 01 de fevereiro de 2023 e da captação de R\$1.400.000, realizada em 4 de fevereiro de 2018, através da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Concomitante à emissão de títulos representativos de dívida ("Notes") no mercado internacional, a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos ("swaps") com objetivo de eliminar do resultado variações cambiais geradas pelas exposições do principal contratado e dos juros devidos conforme os vencimentos contratuais da respectiva emissão.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Sociedade.

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior, exceto para os itens mencionados no item b) da nota 2.1.

b) Reclassificação e reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Reclassificação dos valores correspondentes da demonstração dos fluxos de caixa

Os valores correspondentes da demonstração de fluxos de caixa individual e consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins de comparação, estão sendo representados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (IAS 8 - Accounting policies, changes in accounting estimates and errors), em decorrência da reclassificação das operações de pagamentos e recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos originalmente apresentados nos fluxos de caixa das atividades operacionais, para os fluxos de caixa das atividades de financiamentos, na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado, conforme apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Reapre-sentado
	Anteriormente apresentado	Ajustes	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	537.163	(202.503)	334.660
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(780.870)	202.503	(578.367)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	8.304	-	8.304
	Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapre-sentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	778.634	(218.631)	560.003
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(976.309)	218.631	(757.678)

REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Esta reclassificação não altera o valor de redução do saldo de caixa e equivalente de caixa do exercício previamente apresentado. Não houve qualquer outro impacto nas demais demonstrações financeiras da Sociedade oriundo desta reapresentação.

Reclassificação dos valores correspondentes da demonstração de resultado

Determinados valores incluídos na demonstração de resultado consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados nestas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reclassificados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (IAS 8 - Accounting policies, changes in accounting estimates and errors), para melhor comparabilidade, em decorrência da reclassificação de valores registrados na controlada Emeis Holding Pty Ltd. ("Aesop") do grupo de "Despesas administrativas, P&D, TI e projetos" para "Despesas com vendas,

marketing e logística" no total de R\$226.465 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esta reclassificação não altera o resultado líquido do exercício previamente apresentado (Vide nota explicativa nº 24). Não houve qualquer outro impacto nas demais demonstrações financeiras da Sociedade oriundo desta reapresentação.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Sociedade.

2.2. Consolidação

a) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Sociedade. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentis. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

b) Participação de acionistas não-controladores

A Sociedade elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c) Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Sociedade obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em 15 de janeiro de 2018, a The Body Shop International PLC, foi registrada como companhia privada limitada por ações sob o nome The Body Shop International Limited, já refletido nas informações desta nota explicativa.

Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Participação - %	2017	2016
Participação direta:			
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. - Brasil	99,99	99,99	
Natura Comercial Ltda. - Brasil	99,99	99,99	
Natura Biosphera Franqueadora Ltda. - Brasil	99,99	99,99	
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99,99	99,99	
Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	99,99	99,99	
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99,99	99,99	
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99,99	99,99	
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. - Brasil	99,99	99,99	
Natura Cosméticos e Serviços de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99	
Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99	
Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99	
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	99,99	99,99	
Natura Cosméticos Espanha S.L. - Espanha	100,00	100,00	
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100,00	100,00	
Natura Brazil Pty Ltd. - Austrália	100,00	100,00	
Fundo de Investimento Essencial - Brasil	100,00	100,00	

Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.:
Natura Logística e Serviços Ltda. - Brasil
99,99 99,99

Via Natura (Brasil) International B.V. - Holanda:
Natura Europa SAS - França
100,00 100,00
Natura Brasil Inc. - EUA - Delaware
100,00 100,00

The Body Shop International Limited - Reino Unido
Via Brasil Inc. - EUA - Delaware
100,00 100,00

Natura International Inc. - EUA - Nova York
Via The Body Shop International Limited
The Body Shop International Limited - Reino Unido
G A Holdings (Guernsey) Limited - Reino Unido
99,99 -
99,99 -
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Worldwide Limited - Reino Unido
The Body Shop Global Travel Retail Limited - Reino Unido
99,99 -
99,99 -

The Milmurium Luxembourg Sarl
Administration Company Limited - Reino Unido
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Queenslie Limited - Reino Unido
The Body Shop (France) Sarl - França
B.S. Danmark AS - Dinamarca
99,99 -
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Bettelgungers - Gmbh - Alemanha
The Body Shop Germany Gmbh (Formerly

Cosmo Trading Gmbh) - Alemanha
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Gmbh - Austria
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Benelux B.V. - Holanda
The Body Shop Service B.V. - Holanda
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Belgium B.V. (Netherlands Return) - Holanda
99,99 -

The Body Shop Belgium B.V. (Belgium Branch) - Holanda
99,99 -

The Body Shop Svenska Ab - Suécia
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Monaco Sarl - França
The Body Shop Luxembourg Sarl - Luxemburgo
99,99 -
99,99 -

Cosmenatura S.A. - Espanha
Dibel - Sociedade Importadora de Produtos

de Beleza S.A. - Portugal
99,99 -
99,99 -

The Body Shop (Singapore) Pte Limited - Singapura
99,99 -
99,99 -

The Body Shop (Malaysia) Sdn.Bhd - Malásia
99,99 -
99,99 -

The Body Shop (Malaysia) Sdn.Bhd - Malásia
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Hong Kong Limited - Hong Kong
Mighty Ocean Company Limited - Hong Kong
99,99 -
99,99 -

Hsb Hair, Skin And Bath Products Company Limited - Macau
99,99 -
99,99 -

The Body Shop Australia Limited - Austrália
Skin & Hair Care Preparations Inc
99,99 -
99,99 -

Buth-Na-Boधाige Inc
99,99 -
99,99 -

Bsi Usa Inc - Estados Unidos
Aesop Canada Inc. - Canadá
99,99 -
99,99 -

Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda. - Brazil
99,99 -
99,99 -

Aesop UK Limited - United Kingdom
99,99 -
99,99 -

Aesop Italy SARL - Italy
99,99 -
99,99 -

Aesop Switzerland AG - Switzerland
Aesop Germany GmbH - Germany
99,99 -
99,99 -

Aesop Sweden AB - Sweden
99,99 -
99,99 -

Aesop Norway AS - Norway
99,99 -
99,99 -

Aesop France SARL - França
99,99 -
99,99 -

Aesop Denmark ApS - Denmark
99,99 -
99,99 -

Aesop New Zealand Limited - New Zealand
99,99 -
99,99 -

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Sociedade. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica de "Participação de não controladores".

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

5. Contas a receber de clientes e provisionadas para perdas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perdas, a qual é constituída com base em histórico de perdas para todas as faixas do "aging list". São considerados para o cálculo da provisão para perdas os diferentes riscos de acordo com a operação de cobrança.

2.8. Estoques
Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 9.
A Sociedade considera em sua provisão para perdas nos estoques os seguintes componentes: produtos descontinuados, materiais com giro lento, materiais com prazo de validade expirado ou próximo da data de expiração, e materiais fora dos parâmetros de qualidade.

2.9. Créditos de carbono - Programa Carbono Neutro
Em 2017, a Sociedade assumiu com seus colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de gases do Efeito Estufa - GEEs, em sua cadeia completa de produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo. Esse compromisso, que no presente momento refere-se exclusivamente às operações da marca Natura, não é uma obrigação legal, já que o Brasil não apresenta meta de redução, mesmo sendo um país signatário do Protocolo de Quioto, por isso é considerado uma obrigação construtiva, conforme o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações financeiras se esta for passível de desembolso e mensurável. O passivo é estimado através dos inventários auditados de emissão de carbono realizados anualmente e valorizado com base no preço de mercado para aquisição de certificados de neutralização. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo registrado no passivo na rubrica "Outros passivos não circulantes (vide nota explicativa nº 20)", refere-se ao total das emissões de carbono do exercício de 2007 a 2017 que ainda não foram neutralizadas através dos projetos correspondentes, portanto, não há efetivação do certificado de carbono.

Em linha com suas crenças e princípios, a Sociedade optou por realizar algumas aquisições de créditos de carbono através do investimento em projetos com benefícios socioambientais oriundos do mercado voluntário. Dessa forma, os gastos incorridos gerarão créditos de carbono após a finalização ou maturação desses projetos.

Durante os referidos exercícios, estes gastos foram registrados a valor de mercado como outros ativos circulantes e não circulantes (vide nota explicativa nº 13).

No momento em que os respectivos certificados de carbonos são efetivamente entregues à Sociedade, a obrigação de ser Carbono Neutro é efetivamente cumprida, portanto, os saldos de ativos são compensados com os saldos de passivos.

A diferença entre os saldos de ativo e de passivo em 31 de dezembro de 2017 refere-se ao valor de caixa que a Sociedade ainda desembolsará para futura geração ou aquisição de certificados.

2.10. Investimentos em controladas
A Sociedade controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e em a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Sociedade obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. A Sociedade possui participações apenas em controladas.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis às da Sociedade.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuída à Sociedade sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora sob a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Sociedade sob a rubrica "Outros resultados abrangentes".

2.11. Imobilizado
Avaliado no momento de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificados, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável. Adicionalmente, as vidas úteis dos bens são revisadas anualmente.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financeira, reconhecendo no início da cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12. Intangível
2.12.1. Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as vidas úteis descritas na nota explicativa nº 15 e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

2.12.2. Marcas e patentes

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Para as marcas e patentes com vida útil definida, a amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

2.12.3. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida mantidos pela Sociedade correspondem, principalmente, a marcas e ações por expectativa de sustentabilidade futura oriundas de operações de combinações de negócios, além de fundos de comércio negociáveis.

Esses ativos não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (ou grupos de unidades geradoras de caixa). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível com vida útil indefinida são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

A Sociedade adota como prática contábil registrar como despesa do exercício quando incorridos, os gastos com pesquisa e desenvolvimento de seus produtos, pois devido ao alto índice de inovação e rotatividade de produtos na sua carteira de vendas, torna-se inviável demonstrar todos os aspectos requeridos no IAS 38/CPC 04 - Ativos Intangíveis para registro dos ativos.

2.14. Arrendamento Mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulantes e não circulantes de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil econômica do ativo, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.11, ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor e não houver opção de compra.

2.15. Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os ativos das Sociedades são agrupados inicialmente em segmentos operacionais que seguem uma lógica baseada em sua estrutura de Governança Corporativa. Dentro dos segmentos operacionais, os ativos são agrupados em unidades geradoras de caixa da seguinte forma:

Segmento Operacional	Identificação das UGCs
Natura Brasil	• Venda direta • Lojas individuais
Natura LATAM	• Argentina • Chile • Peru • México • Colômbia
Natura Outros	• França • EUA
Aesop	• Lojas individuais
The Body Shop	• Lojas individuais

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.17. Fornecedores e outras contas a pagar

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.18. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos efeitos de transação nos riscos aplicáveis e acrescido dos encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

2.19. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19.

2.20. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, em "Outros resultados abrangentes".

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, onde são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países onde se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Sociedade e das controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários em vigor no momento em que foram lançadas as normas específicas relativas à tributação em Bases Universais. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas sobre situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação eventualmente divergente e, quando adequada, constitui provisões.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados com base nas alíquotas promulgadas nas datas dos balanços que devem ser aplicadas quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos forem realizados.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 11.

2.21. Plano de outorga de opções de compra de ações, programa de outorga de ações restritas e programa de aceleração da estratégia

A Sociedade efetuou com seus executivos planos de participações com base em ações, liquidados exclusivamente com as ações desta.

O plano de outorga de opções de compra de ações, o programa de outorga de ações restritas e o programa de aceleração da estratégia são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo a Sociedade utiliza um método de valorização apropriado cujos detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 25.1.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido à rubrica "Capital adicional integralizado", ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de cadação foi cumprido e a melhor estimativa da Sociedade do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa contábil referente ao resultado do exercício é registrada na rubrica de "despesas administrativas".

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado (exceto quando o cancelamento ocorra por perda do direito ao instrumento patrimonial por não atender às condições de concessão), este é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é registrada imediatamente. Isso inclui qualquer prêmio que a Sociedade ou a contraparte tenham a opção de não cumprir a obrigação de não aquisição. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do lucro por ação diluído (nota explicativa nº 28.2).

2.22. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado. Caso a Sociedade não tenha o benefício líquido líquido construtivo de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.23. Participação nos resultados e programa de incentivo de longo prazo

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que considera o lucro atribuído aos acionistas e vinculado a metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

A Sociedade disponibiliza para executivos elegíveis de sua controlada Eméis Holdings Pty Ltd, um programa de incentivo de longo prazo, com base em critérios vinculados a metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início da relação entre as partes, sendo tal obrigação registrada em passivo e sua renmensuração com efeito em resultado.

2.24. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na coluna "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 21.b).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.25. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade.

2.26. Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica

A Sociedade concede determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tinham o benefício adquirido até abril de 2010. Os custos associados à extensão desse benefício para os aposentados da Sociedade e suas controladas são reconhecidos pelo regime de competência como plano de benefício pós-emprego na modalidade de benefício definido, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais apurados são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

2.27. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Sociedade irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Sociedade reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Os empréstimos subsidiados, concedidos direta ou indiretamente pelo governo, obtidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo do empréstimo calculado com base em taxas de juros de mercado.

2.28. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- receita de dividendos;
- dividendos de ações preferenciais emitidas classificadas como passivo financeiro;

ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e

• reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data do recebimento efetivo pela Sociedade.

A Sociedade classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.29. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita de vendas é reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável a receita de venda é gerada, principalmente, a partir das vendas efetuadas para os Consultores (as) Natura, (nossos clientes) mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida/ a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de venda é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao cliente, o que geralmente ocorre na sua entrega para os Consultores (as) Natura.

A receita de venda é gerada e acumulada inicialmente no tributo auxiliar de vendas da Sociedade a partir do momento em que o comprovante de despacho é emitido em nome dos clientes. Todavia, como as receitas são registradas contabilmente apenas quando efetivamente ocorre a entrega final dos produtos, efetuamos provisão para eliminar o montante de receitas relativas aos produtos despachados e não recebidos pelos Consultores (as) Natura na data de cada fechamento das demonstrações financeiras.

Com relação as controladas Eméis Holding Pty Ltd, Natura Comercial Ltda, Natura Europa SAS - França, Natura International Inc. - EUA e The Body Shop International Limited, que atuam no mercado varejista, as receitas de vendas são reconhecidas quando ocorre a transferência significativa dos riscos e benefícios dos produtos, ou seja, no momento da entrega das mercadorias.

A receita de venda de recebíveis sem cobrificação e sem direito de regresso, é reconhecida no momento em que há transferência significativa dos riscos e benefícios econômicos por parte da Sociedade para o cessionário.

A contraprestação decorrente da exclusividade concedida pela Sociedade em relação a prestação de serviços de liquidação bancária relacionada à folha de pagamento dos colaboradores, quando há o direito de cancelamento contratual com ônus para a Sociedade, é reconhecida inicialmente no passivo, sendo alocada no resultado (reconhecimento de receita) linearmente ao longo do prazo contratual estabelecido entre as partes.

A receita é alocada entre o programa de fidelidade e os outros componentes da venda. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando o Grupo tenha cumprido suas obrigações de fornecer os produtos com desconto ou quando não é mais considerado provável que os pontos do programa serão resgatados.

3.00. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pela receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas esperadas de conta a receber), pelos ingressos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros) e o lucro líquido, que atuam no mercado varejista, as receitas de vendas são reconhecidas quando ocorre a transferência significativa dos riscos e benefícios dos produtos, ou seja, no momento da entrega das mercadorias.

A receita de venda de recebíveis sem cobrificação e sem direito de regresso, é reconhecida no momento em que há transferência significativa dos riscos e benefícios econômicos por parte da Sociedade para o cessionário.

A contraprestação decorrente da exclusividade concedida pela Sociedade em relação a prestação de serviços de liquidação bancária relacionada à folha de pagamento dos colaboradores, quando há o direito de cancelamento contratual com ônus para a Sociedade, é reconhecida inicialmente no passivo, sendo alocada no resultado (reconhecimento de receita) linearmente ao longo do prazo contratual estabelecido entre as partes.

A receita é alocada entre o programa de fidelidade e os outros componentes da venda. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando o Grupo tenha cumprido suas obrigações de fornecer os produtos com desconto ou quando não é mais considerado provável que os pontos do programa serão resgatados.

3.01. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pela receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas esperadas de conta a receber), pelos ingressos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros) e o lucro líquido, que atuam no mercado varejista, as receitas de vendas são reconhecidas quando ocorre a transferência significativa dos riscos e benefícios dos produtos, ou seja, no momento da entrega das mercadorias.

A receita de venda de recebíveis sem cobrificação e sem direito de regresso, é reconhecida no momento em que há transferência significativa dos riscos e benefícios econômicos por parte da Sociedade para o cessionário.

A contraprestação decorrente da exclusividade concedida pela Sociedade em relação a prestação de serviços de liquidação bancária relacionada à folha de pagamento dos colaboradores, quando há o direito de cancelamento contratual com ônus para a Sociedade, é reconhecida inicialmente no passivo, sendo alocada no resultado (reconhecimento de receita) linearmente ao longo do prazo contratual estabelecido entre as partes.

A receita é alocada entre o programa de fidelidade e os outros componentes da venda. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando o Grupo tenha cumprido suas obrigações de fornecer os produtos com desconto ou quando não é mais considerado provável que os pontos do programa serão resgatados.

3.02. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pela receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas esperadas de conta a receber), pelos ingressos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros) e o lucro líquido, que atuam no mercado varejista, as receitas de vendas são reconhecidas quando ocorre a transferência significativa dos riscos e benefícios dos produtos, ou seja, no momento da entrega das mercadorias.

A receita de venda de recebíveis sem cobrificação e sem direito de regresso, é reconhecida no momento em que há transferência significativa dos riscos e benefícios econômicos por parte da Sociedade para o cessionário.

A contraprestação decorrente da exclusividade concedida pela Sociedade em relação a prestação de serviços de liquidação bancária relacionada à folha de pagamento dos colaboradores, quando há o direito de cancelamento contratual com ônus para a Sociedade, é reconhecida inicialmente no passivo, sendo alocada no resultado (reconhecimento de receita) linearmente ao longo do prazo contratual estabelecido entre as partes.

A receita é alocada entre o programa de fidelidade e os outros componentes da venda. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando o Grupo tenha cumprido suas obrigações de fornecer os produtos com desconto ou quando não é mais considerado provável que os pontos do programa serão resgatados.

3.03. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pela receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas esperadas de conta a receber), pelos ingressos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros) e o lucro líquido, que atuam no mercado varejista, as receitas de vendas são reconhecidas quando ocorre a transferência significativa dos riscos e benefícios dos produtos, ou seja, no momento da entrega das mercadorias.

A receita de venda de recebíveis sem cobrificação e sem direito de regresso, é reconhecida no momento em que há transferência significativa dos riscos e benefícios econômicos por parte da Sociedade para o cessionário.

A contraprestação decorrente da exclusividade concedida pela Sociedade em relação a prestação de serviços de liquidação bancária relacionada à folha de pagamento dos colaboradores, quando há o direito de cancelamento contratual com ônus para a Sociedade, é reconhecida inicialmente no passivo, sendo alocada no resultado (reconhecimento de receita) linearmente ao longo do prazo contratual estabelecido entre as partes.

A receita é alocada entre o programa de fidelidade e os outros componentes da venda. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando o Grupo tenha cumprido suas obrigações de fornecer os produtos com desconto ou quando não é mais considerado provável que os pontos do programa serão resgatados.

mercadorias, produtos e serviços" e da própria rubrica "Impostos, taxas e contribuições", uma vez que os valores das receitas de vendas não incluem o lucro presumido dos(as) Consultores(as) Natura na venda dos produtos, nos montantes de R\$4.578.776 e R\$4.429.629, em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, considerando-se a margem presumida de lucro de 30%.

2.31. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade são abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

O projeto de implantação dos novos pronunciamentos CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamento Mercantil, além da análise preliminar efetuada pela Administração em 2016, incluiu a contratação de especialistas externos para auxiliar a Sociedade na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificações dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesses novos pronunciamentos.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Sociedade planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor. Em 2017, a Sociedade realizou a avaliação do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9, a qual baseia-se nas informações atualmente disponíveis. De acordo com as análises realizadas pela Administração, as seguintes considerações foram identificadas:

(a) Classificação e mensuração

A Sociedade não identificou impactos significativos no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9. Espera-se continuar a mensurar a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos a valor justo, exceto o Certificado de Depósitos Bancários, citado na Nota Explicativa nº 7, que será classificado como Custo Amortizado, pois segue a estratégia de ser mantido para recebimento de fluxos contratuais.

Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para reconhecer os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Sociedade espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9. No entanto, a Sociedade analisará as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhe antes de concluir se todos esses instrumentos atendem os critérios para mensuração pelo custo amortizado segundo a CPC 48/IFRS 9.

(b) Perdas por redução do valor recuperável ("Impairment")

Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

a) Riscos de mercado
A Sociedade e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados pela Sociedade como proteção aos riscos de mercado, compondo os saldos do Balanço Patrimonial apresentados abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Derivativos "financeiros"	6.560	(69.864)	10.781	(73.360)
Derivativos "operacionais"	-	-	3.997	-
Derivativos "swap" de taxa de juros	-	-	-	(142)
Total	6.560	(69.864)	14.778	(73.502)

As características destes instrumentos e os riscos aos quais são atrelados estão descritas a seguir:

i) Risco cambial
A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Para a redução da referida exposição foram implantadas políticas para proteger o risco cambial, que estabelecem níveis de exploração vinculados a esse risco. Os procedimentos de tesouraria definidos pelas políticas vigentes incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Sociedade e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Derivativos "financeiros"	483.954	1.614.877	495.857	1.596.181
Derivativos "operacionais"	-	-	6.026	(58.870)
Derivativos "swap"	-	-	-	6.560
Total	483.954	1.614.877	501.883	1.643.871

Derivativos "financeiros" - Controladora

Descrição	Valor principal (Notional)		Valor da Curva		Valor justo		Ganho (perda) de ajuste a valor justo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos de "swap" (a):								
Ponta ativa Posição comprada dólar	483.954	1.614.877	495.857	1.596.181	496.813	1.591.783	956	(4.398)
Ponta passiva Taxa CDI pós-fixada Posição vendida no CDI	483.954	1.614.877	489.831	1.655.051	490.253	1.661.647	422	6.596
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos líquido:	-	-	6.026	(58.870)	6.560	(69.864)	534	(10.994)

Derivativos "financeiros" - Consolidado

Descrição	Valor principal (Notional)		Valor da Curva		Valor justo		Ganho (perda) de ajuste a valor justo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos de "swap" (a):								
Ponta ativa Posição comprada dólar	494.329	1.679.243	510.071	1.658.714	510.426	1.652.797	356	(5.917)
Ponta passiva Taxa CDI pós-fixada Posição vendida no CDI	494.329	1.679.243	500.206	1.719.899	500.477	1.726.157	271	6.257
Contratos de "forward"	-	-	615	-	832	-	217	-
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos líquido:	315.972	-	10.480	(61.185)	10.781	(73.360)	302	(12.174)

(a) As operações de "swap" financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a uma percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.

(b) As operações de "forward" financeiros consistem na proteção da variação cambial em operações de várias moedas contra a libra esterlina.

O valor principal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados ainda em aberto nas datas dos balanços.

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da B3, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Derivativos "operacionais" - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade mantém instrumentos financeiros derivativos denominados Contrato a Termo ou Non Deliverables Forward ("NDF") com o banco HSBC, com o objetivo de proteger o risco cambial das operações de importação e exportação da controlada The Body Shop contra libras esterlinas e dólares americanos. A Controladora não apresenta nenhum contrato derivativo operacional no período.

Estes derivativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas reconhecidos no grupo de custo dos produtos vendidos e estão assim compostos:

Descrição	Valor principal (Notional)		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Hedge fluxo de caixa com hedge accounting	(52.414)	-	4.109	-
Posição líquida GBP e USD	-	-	-	-
Hedge fluxo de caixa sem hedge accounting	-	-	-	-
Contratos de "forwards"	(3.975)	-	(112)	-
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos líquido:	(56.389)	-	3.997	-

Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira (nota explicativa nº 16)	(495.954)	(510.477)	-	-
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	-	6.844	-	-
Contas a pagar registradas no Brasil em moeda estrangeira	(7.509)	(8.875)	-	-
Valor da curva dos derivativos "financeiros"	495.857	510.071	-	-
Exposição passiva líquida	(7.607)	(2.438)	-	-

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas a seguir:

Instrumento Designados como Hedge de fluxo de caixa - controladora

Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Valor da Curva	Valor justo (a)	Ganho (Perda) acumulada	Ganho (Perda) no período de 12 meses
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	478.697	3.094	3.863	769
Instrumento Designados como Hedge de fluxo de caixa - consolidado						11.316

Outros resultados abrangentes

Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Valor da Curva	Valor justo (a)	Ganho (Perda) acumulada	Ganho (Perda) no período de 12 meses
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	478.697	3.094	3.863	769
Forward controladora	Moeda	GBP	(56.389)	2.391	3.998	1.607
Total						11.316

(a) O método de apuração do valor justo utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3.

A Sociedade designa como hedge de fluxo de caixa instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

Em 31 de dezembro de 2017, a posição consolidada dos instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa totaliza US\$146.875 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil dólares americanos) e £(12.664) (doze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil libras esterlinas) de valor "notional" R\$478.697 e R\$(56.389), respectivamente. Foi reconhecido em "outros resultados abrangentes" no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 um ganho de R\$13.450 (R\$9.172 líquido dos efeitos tributários), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 uma perda de R\$(2.346) R\$(1.548) líquida dos efeitos tributários, os quais se referem em sua totalidade como efetivos.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Sociedade mantém na sua maioria os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP CDI) e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Sociedade e suas controladas contratam derivativos do tipo "swap", com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratados a taxas prefixadas.

Em 31 de dezembro de 2017, no balanço patrimonial consolidado, os financiamentos emitidos a taxas prefixadas não são superiores a TJLP (R\$5.046 em 31 de dezembro de 2016). Tais financiamentos apresentados em 30 de junho de 2017 foram liquidados na data prevista em contrato, em 18 de agosto de 2017 no montante R\$5.125.

Instrumentos derivativos para proteção do risco de taxa de juros

Em 18 de agosto de 2017, a Sociedade liquidou o contrato de "swap" que foi celebrado com contraparte representada pelo Banco Santander e estava assim composto no exercício findo de 2016:

Derivativos "swap" de taxa de juros - controladora e consolidado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contratos de "swap" (a):				
Posição comprada à taxa pré-fixada	5.000	-	5.045	-
Ponta passiva: Taxa CDI pós-fixada: Posição vendida no CDI	-	5.000	-	5.077
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos líquido:	-	-	(32)	(142)

(a) As operações de "swap" financeiros consistem na troca de uma taxa de juros pré-fixada por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2017, há contratos de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e emitidos a taxas prefixadas que possuem contratos de "swap" atrelados, trocando a indexação do passivo para a variação do CDI. Dessa forma, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI, incluindo as operações com derivativos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Total dos empréstimos e financiamentos - em moeda local (nota explicativa nº 16)	(7.959.769)	(8.821.423)	-	-
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI (a)	(495.954)	(510.477)	-	-
Aplicações financeiras (notas explicativas nº 6 e 7)	1.949.405	3.113.900	-	-
Exposição líquida	(6.118.929)	(4.968.957)	-	-

(a) Refere-se à contratação de derivativos atrelados ao CDI para proteger os empréstimos e financiamentos captados no Brasil em moeda estrangeira.

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (notas explicativas nº 6 e 7).

As tabelas seguintes demonstram a projeção de ganho (perda) incremental que teria sido reconhecida(o) no resultado do período subsequente, supondo estática a exposição passiva líquida atual e os seguintes cenários:

Controladora Consolidado

Descrição Passivo líquido	Risco da Sociedade		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Alta da taxa	7.343	(96.220)	(199.783)	-	-	-	-	-

Consolidado

Descrição Passivo líquido	Risco da Sociedade		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Alta da taxa	5.963	(78.137)	(162.236)	-	-	-	-	-

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na B3 nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (8,5% ao ano) e 50% (10,2% ao ano), respectivamente, sobre uma taxa de CDI de 6,8% ao ano para o cenário provável.

política de proteção cambial da Sociedade, considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial.

A The Body Shop possui uma política de proteção cambial específica, que engloba contratos de empréstimos em moedas estrangeiras entre empresas do grupo, bem como operações de compra e venda futuras de mercadorias, pelo prazo máximo de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade e suas controladas estão expostas basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano, euro e libra esterlina. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Sociedade e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap" e compra a termo de moeda denominada "Non Deliverable Forward - NDF" ("forward"). Conforme a Política de Proteção Cambial os derivativos contratados pela Sociedade ou por suas controladas deverão limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade e a suas controladas com relação ao dólar norte-americano e ao euro.

Em 31 de dezembro de 2017, o balanço patrimonial da controladora e consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que, em conjunto, representam um passivo de R\$495.955 e R\$510.478, respectivamente (em 31 de dezembro de 2016, R\$1.596.651 e R\$1.658.689, respectivamente). Essas contas constituídas por empréstimos e financiamentos, na sua totalidade são protegidas com derivativos do tipo "swap".

Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Sociedade classifica os derivativos em "financeiros" e "operacionais". Os "financeiros" são derivativos do tipo "swap" ou "forwards" contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os "operacionais" são derivativos contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio.

Os contratos em aberto de "swap" têm vencimentos entre janeiro de 2018 e julho de 2021 e foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos Bank of America (54%) e Banco de Tokyo (46%). Os contratos de "forward" de moeda contra libra esterlina tem vencimentos em até 12 meses e foram celebrados com contrapartes representadas pelo banco HSBC. Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de Derivativos "financeiros" estão assim compostos:

Descrição	Valor principal (Notional)		Valor da Curva		Valor justo		Ganho (perda) de ajuste a valor justo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos de "swap" (a):								
Ponta ativa Posição comprada dólar	483.954	1.614.877	495.857	1.596.181	496.813	1.591.783	956	(4.398)
Ponta passiva Taxa CDI pós-fixada Posição vendida no CDI	483.954	1.614.877	489.831	1.655.051	490.253	1.661.647	422	6.596
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos líquido:	-	-	6.026	(58.870)	6.560	(69.864)	534	(10.994)

Derivativos "financeiros" - Consolidado

Descrição	Valor principal (Notional)		Valor da Curva		Valor justo		Ganho (perda) de ajuste a valor justo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos de "swap" (a):								
Ponta ativa Posição comprada dólar	494.329	1.679.243	510.071	1.658.714	510.426	1.652.797	356	(5.917)
Ponta passiva Taxa CDI pós-fixada Posição vendida no CDI	494.329	1.679.243	500.206	1.719.899	500.477	1.726.157	271	6.257
Contratos de "forward"	-	-	615	-	832	-	217	-
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos líquido:	315.972	-	10.480	(61.185)	10.781	(73.360)	302	(12.174)

(a) As operações de "swap" financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a uma percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.

(b) As operações de "forward" financeiros consistem na proteção da variação cambial em operações de várias moedas contra a libra esterlina.

As tabelas seguintes demonstram a projeção de ganho incremental que teria sido reconhecido no resultado do período subsequente, supondo estática à exposição cambial líquida atual e os seguintes cenários:

Controladora

Descrição	Risco da Sociedade		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Exposição líquida	Alta do dólar	(62)	(1.571)	(2.577)	-	-	-	-

Consolidado

Descrição	Risco da Sociedade		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Exposição líquida	Alta do dólar	(20)	(504)	(826)	-	-	-	-

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para entrega em 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio de (R\$3,31/US\$1,00). Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R\$4,17/US\$1,00) e de 50% (R\$5,00/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

A exposição líquida da "The Body Shop" é muito próxima de zero em decorrência da efetividade dos derivativos.

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)

A Sociedade efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (hedge accounting) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira e para proteção dos fluxos de caixa operacionais originados das transações de compras e vendas em moeda estrangeira da The Body Shop, documentando:

- O relacionamento do hedge;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Sociedade em contratar a operação de hedge;
- A identificação do instrumento financeiro;
- (no objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do hedge.

Outros resultados abrangentes

Objeto de Proteção	Moeda de
--------------------	----------

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido ativo para o exercício findos em 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	Consolidado		Controladora					Consolidado					
	2017	2016											
Valor justo nos ativos identificáveis (Emeis Holding Pty Ltd. e The Body Shop) (b)	422.369	23.775											
(b) Refere-se ao valor justo de ativos identificados na combinação de negócios com a Emeis Holding Pty Ltd. e com a The Body Shop.													
A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.													
A expectativa da Administração para realização dos créditos e débitos tributários está apresentada a seguir:													
	Controladora	Consolidado											
2018	113.076	232.751											
2019	67.999	116.971											
2020	17.352	20.566											
2021	11.055	10.937											
2022	(1.673)	14.488											
2023 em diante	(33.679)	(51.560)											
	<u>174.130</u>	<u>344.153</u>											

Exceto pela controladora no México, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas demais controladas não possuem prazo para serem compensados. Para esta controladora, os prejuízos fiscais possuem os seguintes prazos para compensação:

	México - R\$	
México		87.796
Austrália (Substancialmente por operações nos EUA e Brasil)		19.618
França		307.020
The Body Shop (Operações nos EUA, Brasil e França)		412.775
		<u>827.209</u>

(a) Saldo de abertura decorrente da aquisição dos ativos líquidos da The Body Shop.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990	3.847	5.840	
201.598	73.502	-	-	
-	-	18.950	678	
-	-	35.393	-	
(2.037)	(2.332)	(2.037)	(2.332)	
-	-	(17.787)	(7.320)	
28.523	26.929	28.523	26.929	
-	-	(19.744)	(19.744)	
(2.892)	(9.982)	(54.078)	4.238	
<u>22.783</u>	<u>(15.597)</u>	<u>(300.941)</u>	<u>(118.621)</u>	
123.105	(244.650)	(140.899)	(404.039)	
(100.322)	229.053	(160.042)	285.418	
3,5	5,0	31,0	27,8	

(a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente ao ICMS-ST, destacadas na nota explicativa nº 19. (a) passivos contingentes - risco de perda possível.

(b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se substancialmente a somatória dos valores destacadas na nota explicativa nº 18, itens (a), (b) e os valores provisionados conforme nota explicativa nº 19.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
647.468	312.296	971.192	426.859	
(220.139)	(106.181)	(330.205)	(145.132)	
16.453	18.222	16.453	18.222	
1.277	3.990			

Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis: (i) taxa de desconto; (ii) taxa de crescimento na perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixa; Um acréscimo de 1 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 1 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada grupo de UGCs não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, não foi necessário o registro de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado		Referência
	2017	2016	2017	2016	
Capitais em Moeda local					
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	-	-	148.157	149.916	A
Debêntures (a)	3.779.843	1.461.237	3.779.843	1.461.237	B
Notas Promissórias	3.792.537	-	3.792.537	-	C
BNDES	27.537	37.944	29.281	118.497	D
BNDES EXIM	-	-	417.983	298.011	E
Capital de giro/NCE	-	-	-	40.502	F
BNDES - FINAME	535	1.126	3.476	8.313	G
Arrendamentos - mercantis - financeiros (Nota explicativa 15.h)	359.317	365.729	462.760	437.274	H
Capital de Giro - Operação internacional - Peru	-	-	21.402	48.392	I
Capital de Giro - Operação internacional - México	-	-	58.979	64.661	J
Capital de Giro - Operação internacional - Austrália	-	-	88.337	67.123	K
Capital de Giro - Operação internacional - Colômbia	-	-	16.663	37.556	L
Capital de Giro - Operação internacional - The Body Shop	-	-	2.005	-	M
Total em moeda local	7.959.769	1.866.036	8.821.423	2.731.482	
Capitais em Moeda estrangeira					
BNDES	8.286	12.629	22.809	31.985	N
Resolução nº 4.131/62	487.668	1.584.022	487.668	1.626.704	O
Outros	495.954	1.596.655	510.477	1.658.689	
Total em moeda estrangeira	8.455.723	3.462.687	9.331.900	4.390.171	
Total geral	16.415.492	5.328.723	18.153.323	7.121.653	
Circulante	3.523.061	1.437.203	4.076.669	1.764.488	
Não circulante	4.932.662	2.025.484	5.255.231	2.625.683	

(a) A segregação de circulante e não circulante das debêntures registradas em 31 de dezembro de 2017 segue demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Debêntures	3.779.843	1.461.237	3.779.843	1.461.237
Circulante	3.523.061	1.198.807	3.523.061	1.198.807
Não circulante	256.782	262.430	256.782	262.430

Segue abaixo a movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	3.462.687	4.547.669	4.390.171	5.535.880
Aquisição de controlada	-	-	-	33.729
Captações	6.363.431	619.751	6.391.049	1.265.114
Amortizações	(1.464.026)	(1.277.488)	(1.725.285)	(1.869.562)
Apropriação de Encargos Financeiros	316.185	253.199	411.515	305.320
Pagamento de Encargos Financeiros	(201.365)	(258.054)	(252.474)	(309.466)
Varição Cambial	(40.090)	(424.030)	(31.377)	(477.632)
Transferências/Reclassificações (a)	18.901	1.640	114.574	(59.483)
Saldo no final do exercício	8.455.723	3.462.687	9.331.900	4.390.171

(a) Refere-se principalmente aos saldos reclassificados de subvenções governamentais considerando empréstimos do BNDES (vide Nota 20) e capitalização de juros sobre arrendamentos mercantis financeiros (vide Nota 15).

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias	Controladora		Consolidado	
					2017	2016	2017	2016
2019			1.901.933	719.139	2.082.363	1.109.594		
2020			969.996	1.039.265	1.046.263	1.071.855		
2021			1.871.372	43.459	1.855.158	1.011.995		
2022 em diante			189.361	223.621	271.447	342.329		
			4.932.662	2.025.484	5.255.231	2.625.683		

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI. Estes empréstimos e financiamentos não estão sendo demonstrados líquidos de seus derivativos.

(b) IPCA - Índice de preços ao consumidor ampliado.

(c) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca de taxa pré para CDI. Estes empréstimos e financiamentos não estão sendo demonstrados líquidos de seus derivativos.

(d) PSL - Programa de Sustentação ao Investimento.

(e) TIE - Taxa de juros de equilíbrio interbancário do México.

(f) BBSY - Bank Bill Swap Bid Rate.

Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes são como segue:

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Maio de 2019 e Junho de 2023	Juros de 5% a.a. para a parcela com vencimento em 2019 e 3,5% a.a. para parcela com vencimento em junho de 2023, juros de 107% à 109% do CDI e 1,4% + CDI e 1,75% + CDI, com vencimentos em fevereiro de 2018, março de 2018, fevereiro de 2019, março de 2019, março de 2020, setembro de 2020 e setembro de 2021.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
B	Real	Setembro de 2021	Não há	Aval da Indústria e Comércio de Cosméticos Natura S.A. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.
C	Real	Fevereiro de 2018	108% do CDI	
D	Real	Até Setembro de 2021	TJLP + juros de 0,5% a.a. a 3,96% a.a. e contratos com Taxa pré de 3,5% a.a. a 5% a.a. (PSI) (d) Para 30% da linha de crédito, SELIC + 0,4% a.a., para 70% da linha, TJLP Adiciona-se para ambas a remuneração básica do BNDES (2% a.a.) e a remuneração do Banco Agente	Carta de fiança bancária
E	Real	Novembro de 2018	Juros de 8% a.a. (c) e Juros de 107% do CDI (c) Juros de 4,5% a.a. + TJLP contratados até 2012 e para os contratos firmados a partir de 2013 taxa pré de 3% a.a. (PSI) (d); Contratos agosto de 2014 a maior de 2016 taxa pré de 6% a.a. à 10,5% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
F	Real	Até Agosto 2017	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias	
G	Real	Até Março de 2021	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil	
H	Real	Até Agosto de 2026	Juros de 9% a.a. + IPCA (b)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
I	Novo sol	Até Janeiro de 2018	Juros de 5,3% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
J	Mexicano	Maio de 2018	Juros de 0,7% a.a. a 0,9% a.a. + TIE (e)	
K	Australiano	Agosto de 2018	BBSY + juros de 1% e Libor + juros de 1% (f)	Carta fiança bancária
L	Peso	Dezembro de 2018	Juros de 6,95% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
M	GBP	Setembro de 2018	Juros de 0,33% a.m.	
N	Dólar	Outubro de 2020	Varição cambial + juros de 1,8% a.a. a 2,3% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Não há
O	Dólar	Até Maio de 2018 (a)	Varição cambial + Libor + Over Libor de 1,32% a.a. a 2,9% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI. Estes empréstimos e financiamentos não estão sendo demonstrados líquidos de seus derivativos.

(b) IPCA - Índice de preços ao consumidor ampliado.

(c) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca de taxa pré para CDI. Estes empréstimos e financiamentos não estão sendo demonstrados líquidos de seus derivativos.

(d) PSL - Programa de Sustentação ao Investimento.

(e) TIE - Taxa de juros de equilíbrio interbancário do México.

(f) BBSY - Bank Bill Swap Bid Rate.

Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes são como segue:

Descrição dos empréstimos e financiamentos bancários	Controladora	Consolidado
	2017	2016
Contratos de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	56.988	52.820
A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possuem contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES para viabilizar investimentos diretos na Sociedade e em suas controladas, como, por exemplo, aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, capacitação do parque industrial e centros de distribuição, além de projetos associados a acessibilidade digital.	253.545	237.897
2. Financiamento para Exportação - BNDES Exim	331.073	402.991
A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, denominado BNDES Exim, um empréstimo com objetivo de financiar a produção de bens e serviços destinados à exportação, modalidade pré-embarque. O repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, no caso, Banco Alfa de Investimentos S.A. e Banco Santander S.A., que contraram com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento. Os contratos firmados têm como garantia o aval da Sociedade. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.	641.606	693.708
3. Contrato de financiamento com a FINEP	931.049	1.265.114
A controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP que viabiliza e/ou co-financia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.	253.545	237.897
4. Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	331.073	402.991
A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, usualmente Banco Itaú Unibanco S.A. e Banco do Brasil S.A., que contraram com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento. Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos. Figura como fiel depositário desses bens a própria controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., sendo a Sociedade a avaliadora. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.	641.606	693.708

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI. Estes empréstimos e financiamentos não estão sendo demonstrados líquidos de seus derivativos.

(b) IPCA - Índice de preços ao consumidor ampliado.

(c) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca de taxa pré para CDI. Estes empréstimos e financiamentos não estão sendo demonstrados líquidos de seus derivativos.

(d) PSL - Programa de Sustentação ao Investimento.

(e) TIE - Taxa de juros de equilíbrio interbancário do México.

(f) BBSY - Bank Bill Swap Bid Rate.

Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes são como segue:

Período de 12 meses encerrados em:	Índice Financeiro *
30 de dezembro de 2017	3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos)
30 de junho de 2018	
30 de dezembro de 2018	3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos)
30 de junho de 2019	
30 de dezembro de 2019	3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos)
30 de junho de 2020	
30 de dezembro de 2020	3,00 (três inteiros)
30 de junho de 2021	

* Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida de Tesouraria pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior ao estabelecido na tabela acima.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice financeiro apurado conforme abaixo, foi inferior ao estabelecido para o período. Portanto, a Sociedade está em conformidade com as cláusulas restritivas:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

(+) Arrendamentos Mercantis - financeiros

(+) Subvenção Governamental

(+) Derivativos Financeiros

(-) Dívida de Tesouraria

(-) Caixa e equivalentes de caixa

(-) Títulos e valores mobiliários

(-) Dívida Líquida de Tesouraria

(-) EBITDA

(-) Índice Financeiro

17. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores locais	372.623	249.087	1.034.426	703.473
Fornecedores estrangeiros (a)	7.509	2.128	368.775	4.429
Operação "risco sacado" (b)	28.717	16.865	150.562	107.337
	408.849	268.080	1.553.763	814.939

(a) Referem-se a importações denominadas principalmente em dólares norte-americanos, euros e libras, os quais são valorizados na taxa fixa.

(b) A Sociedade e suas controladas possuem contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credora da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos, além de concluir que a Sociedade não é impactada com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto a Sociedade e suas controladas demonstram esta operação na rubrica de Fornecedores e Outras contas a pagar.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS e COFINS a pagar (medida judicial) (a)	-	2.484	-	297.216
ICMS ordinário a pagar	138.073	129.504	139.207	129.975
ICMS - ST (provisões) (b)	159.980	175.086	159.980	175.086
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	-	342.288	-	342.289
Tributos sobre faturamento a pagar (Operações Internacionais)	-	-	91.257	32.000
IRPJ (medida liminar) (d)	-	142.246	-	147.556
INSS - Exigibilidade Suspensa	13.449	8.393	35.146	25.178
Tributos retidos na fonte a recolher	-	-	6.399	56.754
Outros Impostos a pagar - controladas no exterior	8.689	16.316	35.698	56.754
INSS e ISS a pagar	587	398	3.023	3.072
	320.778	816.715	464.977	1.214.628

Depósitos judiciais (nota explicativa nº 12)

Circulante

Não circulante

(a) A Sociedade e sua controlada, Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Desde 2007, têm autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições excluindo o valor do ICMS. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2016 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS, cuja exigibilidade está integralmente suspensa acrescidos de atualização pela taxa SELIC. Em 31 de março de 2017, a Sociedade, baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sistemática de repercussão geral, do Recurso Extraordinário que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, reverteu a obrigação tributária constituída. A decisão da Sociedade está amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais de que o risco de perda neste processo é remoto. Como reflexo da reversão, a Sociedade reconheceu em "Outras receitas

operacionais" o montante de R\$197.229 (Consolidado), referente ao valor principal da discussão, e no "Resultado financeiro" o resultado da atualização monetária do período, no montante de R\$104.424 (Consolidado). Parte do saldo, no montante atualizado de R\$43.190 (Consolidado) encontra-se depositado judicialmente em 31 de dezembro de 2017. A Sociedade aguarda o posicionamento das instâncias inferiores para o levantamento dos depósitos judiciais.

(b) A Sociedade possui discussões sobre a ilegalidade de alterações nas legislações estaduais para cobrança de ICMS-ST. Parte do montante não recolhido está sendo discutido judicialmente pela Sociedade, e, em alguns casos, os valores estão depositados em juízo, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

(c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve autorização judicial que suspende a exigibilidade do IRPJ e da CSLL incidentes sobre os valores recebidos a título de juros decorrentes do atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os (as) Consultores (as) Natura. Em 25 de outubro de 2017, a Sociedade aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para a quitação, em 26 de outubro de 2017, dos referidos débitos tributários que eram objeto de ação judicial.

(d) A Sociedade e sua controlada, Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., nas operações em que atua exclusivamente como distribuidora, discutem judicialmente a incidência trazida pelo Decreto nº 8.393/2015, que equiparou a industrial, para fins de condição do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, os estabelecimentos atacadistas interdependentes que comercializam produtos previstos no referido dispositivo legal. Após a prolação de sentenças procedentes, bem como da evolução jurisprudencial atualmente favorável ao

circulante, a Sociedade, apoiada na opinião de seus assessores legais, reavaliou o prognóstico de perda dos processos como possível, com maior chance de ganhar e, portanto, reverteu o saldo de R\$209.993 constituído como Obrigação tributária no Consolidado, em 30 de setembro de 2017 (Vide nota explicativa nº 19). Como reflexo da reversão do principal, a Sociedade reconheceu em "Outras receitas operacionais" o montante de R\$133.594, em "Lucro Bruto" o montante de R\$5.938 e em "Estoques" o montante de R\$7.149 e como reflexo da reversão da atualização monetária do período, a Sociedade reconheceu no "Resultado financeiro" o montante de R\$26.609.

19. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada na opinião de seus assessores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributários	98.208	34.542	196.006	47.044
Cíveis	8.096	11.457	27.153	14.321
Trabalhistas	41.388	18.562	58.887	32.259
Total	147.692	64.561	282.046	93.624

Depósitos judiciais (nota explicativa nº 12)

Circulante

Não circulante

Riscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a

Os atuais colaboradores, em caso de aposentadoria, poderá optar por permanecer no plano conforme legislação aplicável, assumindo o pagamento integral da mensalidade cobrada pelas operadoras dos planos de saúde. No entanto, esta mensalidade não representa necessariamente o custo total do usuário. O valor do passivo atuarial da Sociedade e de suas controladas se dará pela diferença entre o custo e a contribuição dos atuais e futuros aposentados. O reconhecimento de ganhos e perdas atuariais é reconhecido via Outros Resultados Abrangentes (ORA) conforme mencionado na nota explicativa nº 2.25.

Em 31 de dezembro de 2017, o tempo de duração média ponderada da obrigação é de 16 anos.

A população de colaboradores ativos elegíveis ao plano médico na aposentadoria está fechada para novas inclusões. Para o cálculo de 31 de dezembro de 2017, cujas projeções serão também utilizadas para os trimestres de 2018, foi avaliado:

- 1.553 empregados ativos das Sociedades, dos quais 895 são da controladora;
- 193 aposentados e dependentes das Sociedades, dos quais 144 são da controladora.

O passivo atuarial demonstrado foi calculado, em 31 de dezembro de 2017, por atuariário independente considerando as seguintes principais premissas:

	2017	2016
Taxa de desconto	9,94%	10,80%
Taxa inicial de crescimento dos custos médicos	11,03%	11,67%
Taxa de inflação	4,25%	4,85%
Taxa final de crescimento dos custos médicos	5,29%	5,90%
Taxa de crescimento dos custos médicos por envelhecimento - custos	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos custos médicos por envelhecimento - contribuições	0,00%	0,00%
Percentual de adesão ao plano na aposentadoria	89,00%	72,00%
	Wyatt 85	Wyatt 85
Tábua de entrada invalidez	Class I	Class I
Tábua de mortalidade geral	RP2000	RP2000
	T-9 service	T-9 service
	table	table

Da perda por experiência de R\$ 15.884, R\$ 8.100 ocorreu devido a inclusão de novos participantes aposentados, seus dependentes e aluguéis atuais, além de alterações de plano para padrões mais caros e alterações em datas de admissão de alguns ativos. R\$ 7.784 foi o impacto de alteração das despesas e contribuições, pois foram observados maiores valores de utilização média dos planos do que o esperado, já que não houve reajuste da tabela de contribuições dos aposentados.

A manutenção do nível inicial de crescimento dos custos médicos em 6,5% real causou uma perda em termo de R\$4.500 e a redução da taxa de desconto de 10,80% a.a. para 9,94% a.a. gerou R\$3.230 de perda (R\$11.797 em 2016), totalizando uma perda por hipótese financeira de R\$7.730.

A alteração da hipótese de adesão ao plano médico de 72% para 89% tem impacto direto no valor do passivo dos ativos causando uma perda de R\$12.668.

Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da Taxa de inflação médica caso o comportamento de tal taxa aumentasse ou reduzisse em 1% e seu respectivo efeito sobre o saldo (Valor Presente da Obrigação) calculado sobre o passivo atuarial (mantendo as demais premissas):

	Hipótese	Análise de sensibilidade	VPO
Inflação médica	11,03%	1% de aumento	125.034
Inflação médica	11,03%	1% de redução	95.889

Abaixo apresentamos as movimentações do passivo atuarial para o exercício findos em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(51.993)	(65.190)
Custo do serviço corrente da empresa - reconhecido em resultado	(1.568)	(2.001)
Custo dos juros - reconhecido em resultado	(5.555)	(6.963)
Despesas pagas	1.102	1.409
Transferência de funcionários entre empresas do grupo	(1.038)	-
Resultados Abrangentes	(24.002)	(36.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(83.054)	(109.124)

(c) Refere-se a contraprestação da exclusividade concedida pela Sociedade a um agente financeiro para o serviço de liquidação bancária relacionada a folha de pagamento dos colaboradores. É apropriado para o resultado do exercício desde abril de 2017, de forma linear pelo período contratual.

(d) Refere-se à pontuação adquirida por clientes em compras, à venda de cartão presente ainda não convertidos na aquisição de produtos e devolução de produtos principalmente da controlada The Body Shop. (Vide nota explicativa nº 2.29)

(e) Refere-se às provisões de despesas diversas de toda a Sociedade conforme mencionado na nota 11.

(f) Refere-se ao período (carência) que arrendadores proporcionam para o início do pagamento do aluguel de determinadas lojas da controlada The Body Shop.

(g) Refere-se aos planos de remuneração variável de executivos da controlada Aesop.

(h) Refere-se aos complementos sobre os contratos de arrendamentos mercantis operacionais identificados na Combinação de negócios realizada na aquisição da controlada The Body Shop (vide Nota 4).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Sociedade era R\$427.073 (R\$427.073 em 31 de dezembro de 2016).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 sua composição é de 431.239.264 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas (431.239.264 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2016). A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 441.310.125 (quatrocentas e quarenta e um milhões, trezentas e dez mil, cento e vinte e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio
Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Em 20 de abril de 2017, foram pagos dividendos e juros sobre capital próprio nos montantes de R\$51.276 e R\$5.600 (R\$4.760 líquidos de IRRF), respectivamente, conforme distribuição recomendada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2017, referente ao lucro líquido do exercício de 2016 que somados aos R\$61.804 (R\$52.533, líquido de IRRF) pago em 10 de fevereiro de 2017 correspondem a uma distribuição de aproximadamente 40% do lucro líquido auferido no exercício de 2016.

Em 19 de dezembro de 2017 foi deliberada pelo Conselho de Administração a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$78.290 (R\$66.546, líquido de IRRF) referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 30 de novembro de 2017, o qual foi pago em 16 de fevereiro de 2018.

Adicionalmente, em 14 de março de 2018, o Conselho de Administração aprovou "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada em 20 de abril de 2018, a proposta para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao mês de dezembro de 2017, nos montantes de R\$128.741 e R\$6.809 (R\$5.788 líquidos de IRRF), respectivamente, referentes aos resultados auferidos no exercício de 2017, que somados aos R\$78.290 (R\$66.546, líquido de IRRF) pago em 16 de fevereiro de 2018 correspondem a uma distribuição de 30% do lucro líquido auferido no exercício de 2017.

Segmentos operacionais

	2017					
	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido	Depreciação e Amortização	Receita financeira	Despesa financeira	Imposto de renda
Natura Brasil	5.597.212	511.451	(248.356)	555.167	(955.266)	(181.460)
Natura LATAM	2.085.886	165.884	(20.595)	31.946	(30.408)	(47.339)
Natura outros	6.608	(37.532)	(12.416)	16.113	(4.279)	1.625
Aesop	706.445	13.544	(47.966)	11	(1.888)	(47.240)
The Body Shop (a)	1.456.557	116.629	(54.019)	1.155	-	(54.194)
Gastos corporativos (b)	-	(99.725)	-	-	-	27.667
Consolidado (atribível a acionistas controladores da Sociedade)	9.852.708	670.251	(383.352)	604.392	(991.841)	(300.941)

	2016					
	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) Líquido	Depreciação e Amortização	Receita financeira	Despesa financeira	Imposto de renda
Natura Brasil	5.356.845	208.340	(203.129)	998.551	(1.612.886)	(160.424)
Natura LATAM	1.961.376	91.973	(18.528)	74.585	(115.179)	(47.772)
Natura outros	14.716	(36.300)	(733)	-	-	-
Aesop	579.727	44.225	(38.381)	152	(1.232)	89.574
Consolidado (atribível a acionistas controladores da Sociedade)	7.912.664	308.238	(260.771)	1.073.288	(1.729.297)	(118.622)

a) Os resultados divulgados da The Body Shop se referem ao período desde sua aquisição, em 07 de setembro de 2017 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

b) Os gastos corporativos se referem substancialmente às despesas de aquisição da The Body Shop, incorridas ao longo do exercício, e despesas com o Comitê Operacional do Grupo (COG), incorridas desde sua criação em setembro de 2017, para apoiar o desenvolvimento da Sociedade, definir e alocar recursos e também identificar sinergias entre empresas do grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	2017						2016					
	Ativo Não circulante	Passivo circulante	Ativo Total	Ativo Não circulante	Passivo circulante	Ativo Total	Ativo Não circulante	Passivo circulante	Ativo Total	Ativo Não circulante	Passivo circulante	Ativo Total
Natura Brasil	3.092.173	5.542.678	8.033.068	3.133.219	3.543.273	6.980.043	-	-	-	-	-	-
Natura LATAM	203.859	532.018	735.877	165.693	516.310	901.414	-	-	-	-	-	-
Natura Outros	10.372	4.499	22.421	6.387	14.494	23.755	-	-	-	-	-	-
Aesop	382.774	120.239	654.265	313.380	103.822	508.367	-	-	-	-	-	-
The Body Shop	4.211.975	712.075	5.251.293	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado	7.901.153	6.912.005	14.957.462	3.618.679	4.177.899	8.421.579	-	-	-	-	-	-

Receita líquida e ativos não circulantes por região geográfica

	Receita líquida		Ativo não circulante	
	2017	2016	2017	2016
Ásia	316.475	-	86.113	-
América do Norte	857.361	-	323.440	-
América do Sul	7.308.229	-	3.347.551	-
Europa	1.000.843	-	3.684.922	-
Oceania	369.800	-	459.127	-
Consolidado	9.852.708	-	7.901.153	-

Na avaliação da receita líquida por país, o Brasil representa 57% das receitas líquidas totais e os demais países estão pulverizados, não representando individualmente participação acima de 10%.

A Sociedade possui predominantemente uma classe de produtos comercializados pelos (as) Consumidores (as) Natura denominada "Cosméticos". No caso das controladas Emeis Holding Pty Ltd. ("Aesop") e The Body Shop LIMITED ("The Body Shop"), as vendas de produtos cosméticos são efetuadas em uma estrutura varejista, tanto em lojas próprias como em lojas de departamento, franquizadas e e-commerce.

Nenhum cliente individualmente ou de forma agregada (grupo econômico) foi responsável por mais que 10% das Receitas líquidas da Sociedade.

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta:				
Mercado interno	7.889.218	7.735.563	7.963.375	7.754.729
Mercado externo	-	-	5.773.637	3.236.722
Outras vendas	255	4	13.864	1.691
	7.889.473	7.735.567	13.750.876	10.993.142

Devoluções e cancelamentos (24.696) (24.397) (51.414) (47.686)

Descontos comerciais e rebates - (607.231)

Impostos incidentes sobre as vendas (1.997.402) (2.094.185) (3.239.523) (3.032.792)

Receita líquida 5.867.375 5.616.985 9.852.708 7.912.664

24. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

É está demonstrada a seguir a abertura por função das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	2.329.717	2.188.578	2.911.077	2.446.959
Despesas com Vendas, Marketing e Logística	2.170.859	2.143.235	4.198.733	3.336.634
Despesas Administrativas, P&D, TI e Projetos	859.333	673.343	1.535.945	1.100.628
Total	5.359.909	5.005.156	8.645.755	6.884.221

(b) Está demonstrada a seguir a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com Vendas, Marketing e Logística	2.170.859	2.143.235	4.198.733	3.336.634
Gastos logísticos	402.351	415.105	669.657	605.162
Despesas com pessoal	402.551	400.028	1.027.690	711.845
Marketing, força de vendas e demais despesas com vendas	1.328.131	1.295.357	2.375.934	1.947.167
Depreciação e amortização	37.826	32.745	125.452	72.460
Despesas administrativas, P&D, TI e projetos	859.333	673.343	1.535.945	1.100.628
Investimentos em inovação	-	-	80.027	76.647
Despesas com pessoal	247.313	186.375	692.242	513.714
Demais despesas administrativas	501.105	418.816	575.209	399.254
Depreciação e amortização	110.915	68.152	188.467	111.013
Total	5.359.909	5.005.156	8.645.755	6.884.221

Alguns montantes comparativos foram reclassificados para melhor apresentação, em decorrência da abertura das linhas de despesas com pessoal e gastos logísticos. Além disso, também foram reclassificados valores da controlada Emeis Holding Pty Ltd. ("Aesop") do grupo de "Despesas administrativas, P&D, TI e projetos" para "Despesas com vendas, marketing e logística" no total de R\$226.465, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (vide nota explicativa nº 2.31.b).

25. DESPESAS COM PESSOAL

Salários, participação nos resultados e bonificações 419.573 369.007 1.510.175 1.033.513

Plano de previdência complementar (nota explicativa nº 25.2) 1.949 2.692 7.099 3.753

Ganhos baseados em ações (nota explicativa nº 25.1) 16.610 7.688 19.136 8.782

Encargos sobre ações restritas (nota explicativa nº 25.1) 6.117 1.880 7.801 2.585

Impostos e contribuições sociais 29.065 25.354 93.910 83.322

Assistência médica, alimentação, transporte e outros benefícios 87.877 92.177 197.524 195.738

561.191 498.798 1.835.645 1.327.693

88.673 87.605 146.146 145.342

649.864 586.403 1.981.791 1.473.035

INSS (a) Total - Despesas com Pessoal (a) As despesas de INSS foram incluídas na referida nota explicativa para a melhor apresentação das despesas com pessoal.

25.1. Ganhos baseados em ações O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases dos programas aprovados em Assembleia Geral, estabelecer os planos, indicando os Administradores e colaboradores que poderão receber opções de compra ou subscrição de ações da Sociedade e a quantidade total a ser distribuída.

Entre os anos de 2009 a 2014, os planos possuem prazo de elegibilidade a partir de 100% das opções para o final do quarto ano após a sua outorga, com a possibilidade de sua antecipação para três anos, mediante a condição de cancelamento de 50% das opções outorgadas nos planos. Foi fixado o prazo máximo de quatro anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de fevereiro de 2015, os Acionistas da Sociedade aprovaram um novo Programa de Outorga de Opções de Compra e um Programa de Outorga de Ações Restritas. Em 16 de março de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou os respectivos planos ("Planos de 2015"). A outorga àqueles Administradores e colaboradores elegíveis que aderiram aos Planos de 2015 foi ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de abril de 2015, portanto, a partir de abril de 2015 iniciou-se as devidas provisões.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2015, os Acionistas da Sociedade aprovaram um Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para Aceleração da Estratégia e ajustes ao Programa de Outorga de Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de fevereiro de 2015. Em 28 de julho de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações denominado como "Plano de Aceleração da Estratégia" para 2015 e, em 14 de agosto de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade ratificou a lista dos colaboradores elegíveis ao Plano de Outorga de Ações Restritas.

Em 16 de março de 2016, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ação e o plano de outorga de ações restritas para o ano de 2016 ("Planos de 2016"). A outorga àqueles Administradores e colaboradores elegíveis que aderiram aos Planos de 2016 foi ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de abril de 2016, portanto, a partir de abril de 2016 iniciou-se as devidas provisões. Adicionalmente, em 4 de julho de 2016, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a inclusão de beneficiários e ainda reviu a quantidade de ações do plano de Outorga de Ações Restritas referente ao ano de 2016 em decorrência da inclusão de novos beneficiários e de cancelamentos.

Em 11 de julho de 2016, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para Aceleração da Estratégia para o ano de 2016, portanto a partir deste mês iniciou-se as devidas provisões.

Em 31 de dezembro de 2017 - Opção de compra de ações

Data da outorga	Preço de exercício - R\$	Valor justo	Opções existentes	Vida remanescente contratual (anos)	Opções exercíveis
23 de março de 2010	54,49	10,82	287.155	0,2	287.155
19 de março de 2011	63,60	16,45	422.472	1,2	422.472
18 de março de 2013	69,49	12,10	401.125	3,3	401.125
17 de março de 2014	46,50	8,54	531.309	4,3	265.655
16 de março de 2015 (24 meses - vesting)	28,09	9,70	236.017	5,3	236.017
16 de março de 2015 (36 meses - vesting)	28,09	10,10	236.580	5,3	-
16 de março de 2015 (48 meses - vesting)	28,09	10,57	236.580	5,3	-
28 de julho de 2015 (Programa de aceleração da estratégia - 48 meses - vesting)	26,68	12,46	632.500	5,7	-
28 de julho de 2015 (Programa de aceleração da estratégia - 60 meses - vesting)	26,68	12,40	632.500	5,7	-
15 de março de 2016 (24 meses - vesting)	26,55	14,31	128.381	6,3	-
15 de março de 2016 (36 meses - vesting)					

aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações e proteção cambial contratadas pela Sociedade, bem como, as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
(a) Ganhos com variações cambiais				
Ganhos com variações cambiais dos empréstimos	156.009	700.729	176.450	745.365
Variações cambiais das importações	155.940	699.399	159.952	744.743
Variação cambial dos recebíveis de exportação	69	1.330	-	622
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	-	-	2.746	-
	-	-	13.752	-
(b) Perdas com variações monetárias e cambiais				
Perdas com variações cambiais dos empréstimos	(116.472)	(275.593)	(141.499)	(359.742)
Variação cambial dos recebíveis de exportação	(116.339)	(275.271)	(124.753)	(290.712)
Variações cambiais das importações	(21)	-	(27)	-
Variação cambial das contas a pagar nas controladas no exterior	-	-	(17.364)	-
Variações monetárias dos financiamentos	(112)	(322)	(16.719)	(9.992)
(c) Ganhos operacionais de "swap" e "forward"				
Receta dos cupons cambiais dos "swap"	28.872	42.960	34.055	45.467
Variação cambial do "forward"	28.872	42.960	29.091	45.467
(d) Perdas operacionais de "swap" e "forward"				
Perdas com variações cambiais dos instrumentos de "swap"	(160.972)	(653.848)	(161.802)	(698.774)
Custos financeiros instrumentos "swap"	(40.595)	(422.573)	(39.287)	(449.764)
Perdas com "swap" de taxa de juros	(120.377)	(231.275)	(122.420)	(247.515)
	-	-	(95)	(1.495)
(e) Outras despesas financeiras				
Despesa incorrida pela estruturação da dívida para aquisição da The Body Shop, decorrente da troca do agente financiador da linha de crédito	(60.919)	-	(60.919)	-
	(60.919)	-	(60.919)	-

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado na baixa de imobilizado	(23.186)	(851)	(25.623)	3.418
Crédito de ICMS (a)	7.785	4.725	7.785	4.725
Subsídio BNDES, FINEAME e FINPE (b)	1.747	10.198	29.976	65.769
Crer para ver (c)	(16.785)	(32.305)	(22.771)	(32.305)
ICMS-ST (d)	(3.745)	(18.580)	(33.784)	(18.580)
Venda de carteira de clientes (e)	28.701	27.000	28.701	27.000
Exclusão ICMS base PIS/COFINS (f)	1.248	-	197.230	-
Custos operacionais "The Body Shop" (g)	(68.580)	-	(87.106)	-
Reversão IPI equipamento comercial (h)	129.061	-	133.595	-
Contingências tributárias	(5.267)	-	(38.765)	-
Regularização de fretes	(2.848)	-	(2.848)	4.398
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.179)	528	(34.702)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	12.952	(9.285)	151.688	54.425

(a) O saldo demonstrado inclui os créditos tributários reconhecidos de ICMS em função de ressarcimento referente a substituição tributária.
 (b) Refere-se à reclassificação da despesa de juros de empréstimos subsidiados do resultado financeiro conforme pronunciamento contábil CPC07 - Subvenção e Assistência Governamental alinhado com a IAS 20.
 (c) Destinação do Lucro operacional obtido nas vendas da linha de produtos não cosméticos chamada "Crer para Ver" para o Instituto Natura, destinado especificamente para projetos sociais destinados ao desenvolvimento da qualidade de educação.
 (d) Refere-se à exigência de ICMS, na modalidade substituição tributária, pelos diferentes Estados, vide detalhes na nota explicativa nº 19.(c).
 (e) Refere-se à receita pela venda recorrente de carteira de títulos de clientes vendidos acima de 180 dias, iniciada no último trimestre de 2016, os quais já não compunham o saldo do contas a receber de clientes da Sociedade na data da transferência dos riscos e benefícios. Durante o exercício de 2017, foram realizadas novas vendas para títulos que completaram 180 dias e possuíam as mesmas características da carteira previamente vendida no final de 2016. Vale destacar que a Sociedade tem como política realizar as finais efetivas dos títulos acima de 180 dias. Cabe ressaltar que essa venda foi efetuada sem direito de regresso e com transferência de risco de crédito para o comprador.
 (f) Vide detalhes na nota explicativa nº 18.(a).
 (g) Refere-se aos custos iniciais de transação da aquisição da The Body Shop, com consultorias, advogados, dentre outros.
 (h) Vide detalhes na nota explicativa nº 18.(d).

28. LUCRO POR AÇÃO

28.1. Básico
 O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2017	2016
Lucro atribuído aos acionistas controladores da Sociedade	670.251	296.699
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	431.239.264	431.239.264
Média ponderada das ações em tesouraria	(867.934)	(949.409)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	430.371.330	430.289.855
Lucro básico por ação - R\$	1,5574	0,6895

28.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas as categorias de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: opções de compra de ações, ações restritas e aceleração da estratégia.

	2017	2016
Lucro atribuído aos acionistas controladores da Sociedade	670.251	296.699
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	430.371.330	430.289.855
Ajuste por opções de compra de ações e ações restritas	641.156	1.275.824
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	431.012.486	431.565.679
Lucro diluído por ação - R\$	1,5551	0,6875

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

29.1. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Ativo circulante:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	-	1.527
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	72	438
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	-	4.126
Natura Biosphera Franqueadora Ltda.	244	185
Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda. (subsidiária da Emeis Holdings Pty Ltd.)	2	922
Natura Comercial Ltda.	-	774
The Body Shop International - Reino Unido (h)	8.878	-
Natura Cosméticos S.A. - Chile	195	-

29.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração da Sociedade está assim composta:

	2017		2016	
	Remuneração Fixa (a)	Variável (b)	Remuneração Fixa (a)	Variável (b)
Conselho de Administração	8.700	7.300	16.000	5.147
Diretoria executiva	24.681	46.729	71.410	18.836
	33.381	54.029	87.410	23.983

29.3. Ganhos baseados em ações

Os ganhos de executivos da Sociedade estão assim compostos:

	2017		2016	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Valor justo médio das opções (b)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)
Diretoria executiva	4.917,574	12,44	33,15	2.529,024

30. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

30.1. Contratos de fornecimento de insumos

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromissos decorrentes de contratos de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, conforme descritos abaixo: (a) contrato vigente até 31 de dezembro de 2017, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 3,6 Megawatts, equivalente a R\$110.
 (b) contrato vigente até 2018, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 0,8 Megawatts, equivalente a R\$110.
 Em 31 de dezembro de 2017, a controlada estava adimplente com o compromisso desse contrato.
 Os valores estão demonstrados por meio das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.
 Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor nominal, segundo o contrato, são:

	2017	2016
Menos de um ano	1.406	1.253
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	5.781
Total	1.406	7.034

30.2. Obrigações por arrendamentos operacionais

A Sociedade e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis onde estão localizadas algumas de suas controladas no exterior, sedes administrativas, centros de distribuição e imóveis onde se localizam as lojas no exterior e no Brasil das controladas Emeis Holdings Pty Ltd. e The Body Shop International. Além dos imóveis onde se localizam as lojas no Brasil de sua controlada Natura Comercial Ltda.
 Os contratos têm prazos de arrendamento entre um e dez anos e não possuem cláusula de opção de compra no respectivo término, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados.
 Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o compromisso assumido com as contraprestações futuras desses arrendamentos operacionais possuía os seguintes prazos para pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Menos de um ano	13.833	13.883	457.348	71.265
Mais de um ano e menos de cinco anos	16.993	29.795	833.655	200.549
Total	30.826	43.678	1.291.003	343.661

30.3. Obrigações por contrato de transição de serviços

Em 7 de setembro de 2017, a controlada The Body Shop International Limited contraiu uma série de serviços transicionais que serão prestados pela LO'Real S.A. ("Vendedora"), no período de setembro de 2017 a fevereiro de 2019, a fim de garantir a manutenção de suas atividades durante o período de integração à Sociedade. O contrato prevê serviços correntes previstos na tabela abaixo e serviços com valores previamente negociados que ocorrem por demanda, conforme necessidade do negócio. Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor nominal, segundo o contrato, estão apresentados abaixo por tipo de serviço:

TIPO de serviço	Menos de um ano	Mais de um ano e menos de cinco anos
TD, licenças, infraestrutura e espaços	6.668	26
Gestão de RH (folha de pagamento e gestão de benefícios)	2.661	867
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	1.481	-
Processos contábeis e financeiros	440	-
Operações logísticas e vendas	526	-
Outros	108	-
Total	11.884	893

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Item	2017		2016	
	Saldo das ações (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)	Saldo das ações (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R\$ (b)
Complexo industrial	281.195	23,35	231.262	22,50
Veículos	-	-	-	51.390
Lucros cessantes	-	-	-	1.520.597
Transporte Marinho	-	-	-	4.453

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

Itens não caixa:	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Hedge accounting, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-
Efeito da alteração de participação da Sociedade em controladas no exterior	7.468	(1.401)	9.172	(1.548)

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Emissão de títulos representativos de dívida da Sociedade

Em 18 de janeiro de 2018 a Sociedade informou ao mercado e aos acionistas em geral que o Conselho de administração aprovou a emissão no mercado internacional de títulos representativos de dívida ("Notes") no valor total de US\$1.150.000.
 Em 01 de fevereiro de 2018, ocorreu a captação de US\$750.000, à taxa de 5,375% aa, com pagamentos semestrais de juros nos meses de fevereiro e agosto e vencimento no dia 01 de fevereiro de 2023.
 Os recursos captados por meio da emissão de Notes foram integralmente utilizados para pagamento de parte da dívida da Sociedade decorrente da 3ª emissão de 74 notas promissórias comerciais, em série única, no valor de R\$3.700.000, as quais foram emitidas para financiar a aquisição da The Body Shop International Limited.
 Concomitante à emissão de títulos representativos de dívida ("Notes") no mercado internacional, a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos ("swaps") com objetivo de eliminar do resultado variações cambiais geradas pelas exposições do principal contratado e dos juros devidos conforme os vencimentos contratuais da respectiva emissão.
Nota emissão de debêntures
 Em 4 de fevereiro de 2018, ocorreu a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória, em série única, da Sociedade, para distribuição pública com enfeixes restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Emissão", "Oferta Restrita", "Debêntures" e "Instrução CVM 476", respectivamente), no valor total de R\$1.400.000 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), sendo utilizados para a liquidação do saldo das notas promissórias.

34. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de março de 2018.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Natura Cosméticos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Natura Cosméticos S.A. (Sociedade), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Natura Cosméticos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

I. Combinação de negócios (Nota explicativa 4 - Consolidado)

Em setembro de 2017, a Sociedade adquiriu o controle da The Body Shop International PLC. (TBS) que tem como atividade a comercialização de produtos cosméticos sob a marca "The Body Shop", substancialmente, por meio de vendas realizadas no mercado de varejo em lojas físicas próprias e franqueadas. Consideramos que as estimativas associadas com a contabilização de uma aquisição de negócios envolvem um risco significativo uma vez que há julgamentos relevantes na determinação inicial do valor justo de ativos e passivos identificados nesta transação.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Analizamos os contratos de aquisição da TBS e, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas e em avaliação de ativos, avaliamos as principais premissas e metodologia utilizadas pela Sociedade na determinação e reconhecimento inicial do valor justo de ativos e passivos adquiridos relacionados à aquisição, com base em nosso conhecimento sobre a Sociedade e indústria em que opera. Comparamos os cálculos realizados com dados externos e históricos para analisar a razoabilidade do valor justo. Efetuamos ainda a avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos contratados pela Sociedade para assistência na identificação e mensuração de valor justo dos ativos e passivos identificados na transação. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração da combinação de negócios, os quais foram registrados pela administração. O resultado dos nossos procedimentos foi satisfatório e consideramos aceitáveis os valores apurados na contabilização e divulgação da combinação de negócios no contexto das demonstrações financeiras

consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. Valor recuperável de ágio na aquisição da Emeis Holding Pty Ltd. ("Aesop") (Nota explicativa 15 - Consolidado)

A Sociedade mantém em seu balanço patrimonial valores relevantes referentes a aquisição Aesop (Austrália). O controle desta entidade foi adquirido em 2013 a qual está em processo de expansão de suas operações. A estimativa do valor recuperável do ágio desta aquisição envolve julgamentos significativos na determinação de premissas tais como taxas de crescimento e de desconto utilizados na determinação de fluxos de caixa futuros.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o auxílio de especialistas internos em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas na preparação das projeções de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável, incluindo taxas de crescimento e de desconto assim como comparação dessas premissas com informações do mercado e levando em consideração nosso conhecimento sobre a Sociedade e a indústria em que opera. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

O resultado dos nossos procedimentos foi satisfatório e consideramos aceitável o saldo do ágio sobre a aquisição de negócios acima mencionada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3. Obrigações tributárias e contingências fiscais (Nota explicativa 18 e 19 - Individual e Consolidado)

Existem leis e regulamentos tributários no Brasil que possuem elevado grau de complexidade, gerando incertezas quanto à sua aplicação e podendo ocasionar litígios com a União e Estados. Dentro do processo periódico de avaliação de estimativas, a Sociedade efetuou em 2017 análise dos prognósticos de perdas de determinadas posições fiscais, relacionadas a PIS, COFINS, IPI - Imposto sobre produtos industrializados, ICMS substituição tributária (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e Imposto de Renda e Contribuição Social. As estimativas associadas com o reconhecimento, mensuração e divulgação das obrigações e provisões fiscais e dos passivos contingentes requerem julgamento da Sociedade. Tendo em vista a materialidade dos valores envolvidos e as incertezas quanto ao desfecho de determinadas posições fiscais, consideramos a contabilização e divulgação relacionadas a tais assuntos como um risco significativo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram a avaliação da suficiência das obrigações tributárias, provisões para contingências fiscais reconhecidas e divulgação dos passivos contingentes, por meio do entendimento dos critérios e premissas utilizados em seu processo de avaliação, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Sociedade, por meio de confirmações externas e análises de opiniões legais sobre temas específicos como IPI equiparação industrial, ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS, ICMS substituição tributária, assim como o envolvimento de nossos especialistas jurídico e tributário na análise de determinados assuntos fiscais da Sociedade. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo

com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Em setembro de 2014 a Natura Cosméticos S.A. firmou com as empresas Dédalus Administração e Participações Ltda. ("Dédalus") e a empresa Homagus Administração e Participações Ltda. ("Homagus"), contrato de cessão de aeronaves, tendo como objeto a utilização destas. Em contrato, quando da utilização pela Natura Cosméticos S.A. das aeronaves, o valor cobrado será o valor estabelecido no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica. As empresas Dédalus e Homagus são de propriedade dos Srs. Guilherme Peirão Leal e Antonio Luiz Seabra, ambos integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. No exercício de 2017, foram pagos o montante de R\$128 para a empresa Dédalus. O referido contrato foi extinto em 19 de julho de 2017, mediante assinatura de termo de quitação pelas Partes e sem quaisquer pendências. A Natura Cosméticos S.A. e Raia Drogasil S.A. firmaram contrato de compra e venda e outras avenças para permitir a comercialização de produtos na rede Raia e Drogasil. Os Srs. Antonio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal e Pedro Luiz Barreiros Passos, integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A. detêm, indiretamente, participação acionária na RaiaDrogasil S.A.
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Natura Cosméticos S.A. e suas controladas repassaram para o Instituto Natura a título de doação associada à manutenção o montante de R\$993 (R\$2.288 em 31 de dezembro de 2016) referente ao 0,5% do lucro líquido apurado do exercício anterior e doação associada ao resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver o montante de R\$23.818 (R\$23.500 em 31 de dezembro de